UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA

BRUNO BRUNELLI FERREIRA FRANCO

**AS CRÔNICAS DE RAUL POMPEIA
N'O ESTADO DE SÃO PAULO (1891-1892): ESTUDO E ANTOLOGIA**

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA

**AS CRÔNICAS DE RAUL POMPEIA
N'O ESTADO DE SÃO PAULO (1891-1892): ESTUDO E ANTOLOGIA**

Bruno Brunelli Ferreira Franco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Souza de Carvalho.

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Franco, Bruno Brunelli Ferreira.

As crônicas de Raul Pompeia n'O Estado de São Paulo (1891-1892): estudo e antologia / Bruno Brunelli Ferreira Franco. – São Paulo: Universidade de São Paulo / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015.
105 f.

Orientador: Ricardo Souza de Carvalho

Dissertação (mestrado) – USP / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, 2015.

Referências bibliográficas: f. 98-104

1. Raul Pompeia (1863-1895). 2. Crônica. 3. Jornalismo. 4. Literatura. 5. Política. – Dissertação. I. Carvalho, Ricardo Souza de. II. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: FRANCO, Bruno Brunelli Ferreira

Título: As crônicas de Raul Pompeia n'O Estado de São Paulo (1891-1892):
estudo e antologia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em: ____/____/ 2015

Membros da banca examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos amores que se foram e aos que virão.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo apoio financeiro por meio de bolsa mestrado através do Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas desta Universidade.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Ricardo Souza de Carvalho, que soube me conduzir e orientar com total paciência, direcionando-me para o caminho do aprendizado.

Neste percurso, dedicado a um longo estudo e a uma longa pesquisa, participaram pessoas, que de um jeito ou de outro, fazem parte deste trabalho. Aos meus pais, Jairo e Marilza, que sempre estiveram presente e as minhas irmãs Vanessa e Tatiana, pela extrema compreensão. Agradeço aos colegas de profissão Anderson Elias, Clóvis Neto e Rodrigo Nunes, que se tornaram amigos indelévels.

Uma pequena pausa na regularidade do serviço da crônica e já não mais é possível apanhar, nem mesmo a lembrança do sucesso da véspera tantos e tão instantes são os assuntos que, no momento presente, nos atropelam com a imposição do seu rápido drama, e com a necessidade do seu imediato registro.

Raul Pompeia, Rio, 22 de junho de 1891, publicado n'O Estado de São Paulo e m 27 de junho de 1891.

RESUMO

FRANCO, B. B. F. **AS CRÔNICAS DE RAUL POMPEIA N'O ESTADO DE SÃO PAULO (1891-1892): ESTUDO E ANTOLOGIA**. 2015. 105 f. Estudo Introdutório (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

O presente mestrado é constituído por um estudo introdutório e uma antologia de 12 crônicas de Raul Pompeia (1863-1895), publicadas na primeira página do jornal *O Estado de São Paulo*, no período de 1891 a 1892. O objetivo do estudo introdutório é o de analisar as crônicas selecionadas a partir de dois temas, o da panfletagem contra a imigração e o da morte. Para o primeiro tema foram escolhidas nove crônicas, as quais por meio de um discurso eloquente, procuraram convencer o leitor de que a imigração era um inimigo a ser combatido, posicionando-se contra a tendência da época. Esses textos foram elaborados para o jovem leitor paulista, já que Pompeia acreditava no seu poder de mobilização e no espírito de combate. Em relação ao segundo tema, foram contempladas três crônicas relacionadas a notícias de crimes e de acidentes, cujos aspectos oscilam entre o realismo e o impressionismo, mostrando que o gênero crônica permite certo hibridismo.

Palavras-chave: crônica, jornalismo, literatura e política.

ABSTRACT

FRANCO, B.B.F. **THE CHRONICLES OF RAUL POMPEIA IN O ESTADO DE SÃO PAULO (1891-1892): STUDY AND ANTHOLOGY.** 2015. 105 f . Introductory Study (Master) - Faculty of Philosophy, Languages and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2015 .

This master consists of an introductory study and an anthology of 12 Raul Pompeia's chronicles (1863-1895), published on the front page of the newspaper *O Estado de São Paulo*, in the period from 1891 to 1892. The purpose of the introductory study is to analyze the chronicles selected from the two themes, the leafleting against immigration and the death. For the first theme, nine chronicles were chosen, which by means of an eloquent speech, tried to convince the reader that immigration was an enemy to be fought, positioning itself against the trend of the time. These texts were written for the young readers from São Paulo, since Pompeia believed in their power to mobilize and fighting spirit. On the second theme, three chronicles, related to news of crimes and accidents, whose aspects oscillate between realism and impressionism, have been contemplated, showing that the chronicle genre allows certain hybridity.

Keywords: chronicle, journalism, literature and politics.

SUMÁRIO

O cronista da Capital Federal escreve para São Paulo, a “capital do espírito novo”

1. Introdução	11
2. Jornalismo, política e crônica	18
3. Raul Pompeia na primeira página dos paulistas	22
4. Um novo inimigo a ser derrotado: a imigração.....	27
5. Uma vertigem horrores.....	39
Bibliografia	45

ANTOLOGIA

Primeira crônica – Rio 1 de maio de 1891.....	54
Segunda crônica – Rio, julho de 1891.....	60
Terceira crônica – Rio, 14 de agosto de 1891.....	63
Quarta crônica – Rio, 24 de agosto de 1891.....	66
Quinta crônica – Rio, 5 de Setembro de 1891.....	71
Sexta crônica – 30 de junho de 1892.....	74
Sétima crônica – Rio, 11 de julho de 1892.....	77
Oitava crônica – Rio, 19 de julho de 1892.....	82
Nova crônica – Rio, 25 de julho de 1892.....	88
Décima crônica – Rio, 26 de abril de 1891.....	94
Décima primeira crônica – Rio, 23 de setembro de 1892.....	98
Décima segunda crônica – Rio, 20 de outubro de 1892.....	101

O cronista da Capital Federal escreve para São Paulo, a “capital do espírito novo”

1. Introdução

Com a proclamação da República em 1889, a sociedade brasileira passou por diversas mudanças políticas, sociais e econômicas as quais foram registradas em projetos literários com a intenção de identificar, discutir e apresentar uma possível solução para um determinado problema. E a grande maioria desses trabalhos tinha temas bem definidos e de grandes repercussões, tais como nação, identidade, progresso e a função da literatura.

O principal meio para a divulgação de tais trabalhos foram os periódicos, e hoje o contato com esse acervo possibilita-nos uma leitura daquele momento, as diferentes formas como os escritores se dirigiam ao seu público leitor e a importância do contexto histórico, social e cultural na produção literária. Nessa direção, o presente trabalho aborda algumas crônicas de Raul Pompeia (1863-1895), que se consagrou com o romance *O Ateneu* (1888). Porém essa notoriedade obtida pelo romance acabou ocultando toda uma trajetória e diversos outros seus escritos. Com a intenção de superar esse paradigma, os trabalhos de Eloy Pontes e Afrânio Coutinho contribuíram para o resgate da obra completa de Raul Pompeia: o primeiro com o livro *A vida inquieta de Raul Pompeia*, publicado em 1935, e o segundo, em 1980, ao realizar a publicação de toda produção pompeiana, incluindo novelas, contos, crítica literária, artigos políticos, desenhos, caricaturas e crônicas, que foram publicadas em diferentes jornais.

A antologia que esse estudo apresenta é formada pelas crônicas publicadas na primeira página do jornal *O Estado de São Paulo*, no período de 1891 a 1892. Tais textos foram escritos com a intenção de combater um possível retorno da monarquia e consolidar o novo regime, uma vez que esse jornal possuía os ideais republicanos e era apoiado pela elite cafeeira. Como o jornal conhecia a campanha abolicionista de Pompeia, convidou-o para fazer parte da criação de um público leitor que pudesse favorecer a manutenção dos ideais republicanos, evidenciando que a literatura se mostra também como uma forma de ação política.

Esse empenho literário agregado a um importante meio de comunicação, em busca do convencimento, ganhou força na crônica, já que esse gênero obteve uma forma singular com os escritores brasileiros, como menciona Antonio Candido na introdução “A vida ao rés-do-chão”, da obra *A crônica - o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*: “No Brasil ela tem uma boa história, e até se poderia dizer que sob vários aspectos é um gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu” (CANDIDO, 1992, p. 15). Essas características apontadas por Candido nos deram a possibilidade de realizar nesse estudo uma análise em duas diferentes vertentes. Na primeira será analisada a forma de persuasão do escritor, seu discurso eloquente, com o objetivo de convencer o leitor a lutar contra a imigração, em uma época em que a chegada de trabalhadores estrangeiros era vista como um fator positivo para o desenvolvimento do país. Já na segunda abordagem tem-se o tema da morte, aproximando a sua escrita da prosa poética, cujos aspectos oscilam entre o realismo e o impressionismo.

Tais análises implicam nas relações entre escritor e leitor, entre texto e contexto, revelando o engajamento de Pompeia, que condicionou a sua vida, seus ideais, suas

lutas, que culminaram com o período denominado por Eloy Pontes como “intoxicação política” e podem tê-lo levado até o seu fim trágico.

Buscando desmistificar a ideia de que Pompeia era o autor de um único feito literário, o romance *O Ateneu*, algumas pesquisas começaram a tomar forma. O primeiro passo foi dado por Afrânio Coutinho, com a assistência de Eduardo de Faria Coutinho, ao reunirem em 10 volumes toda a produção do escritor. Os volumes estão assim divididos: I – *Novelas*; II – *O Ateneu*; III – *Contos*; IV – *Canções sem metro*; V – *Escritos Políticos*; VI – *Crônicas 1*; VII – *Crônicas 2*; VIII – *Crônicas 3*; IX – *Crônicas 4*; e X – *Miscelânea/Fotobiografia*. Os nove primeiros volumes foram publicados em conjunto pela Editora Civilização Brasileira e com a Oficina Literária Afrânio Coutinho (OLAC), nos anos de 1981 e 1982. O décimo volume não apresenta data e foi publicado pela Prefeitura de Angra dos Reis em trabalho conjunto com a OLAC.

A grande parcela jornalística do conjunto da obra de Pompeia evidencia-se nos quatro volumes pertencentes ao gênero crônica, o que permitiu a Afrânio Coutinho classificá-la em dois tipos: “líricas e filosóficas” e “crônicas-comentários”. Nessa classificação, as “canções sem metro” estão inseridas na primeira, enquanto os acontecimentos do cotidiano na segunda. O terceiro desses volumes resgata as “crônicas-comentários” publicadas em *O Estado de São Paulo*, de 1891 a 1892.

No Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da USP, nos últimos anos, foram realizados estudos sobre determinadas crônicas e o jornalismo de Pompeia. Começamos pela tese de doutorado de Regina Lúcia de Araújo, *Raul Pompeia: jornalismo e prosa poética*, de 2006. A pesquisadora analisou oito textos, que foram publicados no jornal *A Gazeta da Tarde*, de 21 a 29 de janeiro de 1886, os quais a autora nomeia como “poemas em prosa”, e buscou características que evidenciassem a trajetória do escritor até chegar a sua obra *Canções sem metro*. E ao analisar tal *corpus*,

a pesquisadora defende a ideia de que Pompeia aprimorou no seu tempo a prosa poética, ao explorar a hibridez entre o jornalismo e a literatura, sendo fortemente influenciado pelo escritor francês Charles Baudelaire, o qual concretizara “o sonho de libertar o verso de todos os elementos narrativos e didáticos que até então o poluíam, lançando na França, a exemplo de Pompeia no Brasil, os fundamentos da poesia moderna [...]” (ARAUJO, 2006, p. 128). Essa hibridez foi associada aos conceitos de Bakhtin, na obra *a Estética da criação verbal*, onde o autor discute que o gênero está em constante transformação, devido às diversas possibilidades de diálogo ou “contaminação dos próprios gêneros entre si.”

Em sua tese de doutorado *Crônicas de Raul Pompeia: um olhar sobre o jornalismo literário do século XIX*, defendida em 2008, Márcia Aparecida Barbosa Vianna analisou em torno de vinte crônicas, publicadas durante os anos de 1880 a 1894, localizadas no volume VII – *Crônicas 2* organizado por Afrânio Coutinho. A estudiosa mostrou que esse gênero, devido ao seu hibridismo, possibilitou a denúncia e o debate sobre a situação política, cotidiana e social da época por meio de uma linguagem retórica, com o uso da metáfora e da ironia. Ao utilizar a obra de Hans Robert Jauss, *Pour une esthétique de la réception*, a autora explora o contexto em que as crônicas foram produzidas, sustentando que existem diferentes motivações que levam uma determinada obra a ser produzida. E destaca também a função dos leitores, uma vez que o escritor procura estabelecer um diálogo com aqueles que recepcionaram os seus textos. A partir dessa última percepção explora as ideias de Wolfgang Iser na obra *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*, na qual o teórico destaca a interação entre o pensamento do leitor e suas experiências passadas: “à medida que essa interação colocou em jogo dois processos solidários: a desordem do status da experiência antiga e a formação de uma nova experiência” (VIANNA, 2008, p. 08).

Também trabalhando com o tema do hibridismo no gênero crônica, em sua dissertação de mestrado intitulada *O Reflexo do cotidiano nas Crônicas de Raul Pompeia - um olhar sobre a crônica jornalística--literária*, Miriam Cristina Fernandes Baile Morato analisou seis crônicas que foram publicadas no mesmo período e jornal de nossa análise. A pesquisadora apresenta a metáfora como o cerne da discussão e outro ponto importante que foi estudado é o das crônicas explorarem o recurso da metalinguagem, ou seja, elas possuem uma reflexão sobre o processo de como se escrever uma crônica e o que elas devem representar. Morato nomeia o processo pelo qual as crônicas refletem sobre si mesmas de “metacrônica”. A noção da “metacrônica” permite que o leitor entre em contato com a própria visão do cronista acerca da crônica, uma vez que esse gênero não tinha normas fixas e se fazia necessário apresentar as suas estratégias de escrita, vinculadas a um processo retórico cujo “objetivo sempre é detectar enunciados contendo uma linguagem que tenha princípios de persuasão e encantamento”.¹

Em 2012, Rubens Arantes Correa, atualmente doutorando em História pela UNESP, publicou na *Revista História e Cultura*, do Campus de Franca, um trabalho intitulado “História e crônica: Raul Pompeia e a série ‘Da Capital’”. Nesse trabalho, o autor destaca a militância e os ideais políticos de Pompeia, situando-o no contexto histórico do final do século XIX e enfatizando a sua produção cronística no jornal *O Estado de São Paulo*, numa coluna em que o próprio autor intitulou “Da Capital”, já que escrevia as suas crônicas no Rio de Janeiro. O pesquisador buscou compreender a crônica como um gênero fronteiro entre a História e a Literatura, operando como testemunho capaz de revelar as tensões políticas daquela época. Tal perspectiva foi inserida numa vertente da história política, preconizada por Jean François Sirinelli no

¹ MORATO, Miriam Cristina Fernandes Bailo. **O reflexo no cotidiano nas crônicas de Raul Pompeia - um olhar sobre a crônica jornalístico-literária**. 2010. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 65.

capítulo “Os intelectuais”, na obra *Por uma história política*, organizada por René Rémond. Nesse capítulo, Sirinelli investiga o engajamento de alguns escritores nas lutas políticas de seus respectivos tempos – no caso de Pompeia, os movimentos abolicionista e republicano –, e suas relações de afinidade e/ou repulsão dentro do campo intelectual ainda em formação. Rubens Correa utiliza esse aporte para analisar nove crônicas, fazendo assim uma leitura sobre a percepção do cronista acerca da cidade do Rio de Janeiro e a expansão das ideias políticas. O autor ainda realiza uma análise linear, trazendo os acontecimentos políticos pelas crônicas, desde o governo provisório de Deodoro da Fonseca até o turbulento governo de Floriano Peixoto.

Essa pesquisa é importante para o presente trabalho, uma vez que ela apresenta e confirma o contexto de todas as crônicas publicadas na coluna “Da Capital”, mostrando que elas possuem um eixo central, “a recém-fundada república, por quem ele havia lutado, estava em risco, em função do que Pompeia entendia por um conluio de interesses conspiratórios representados pelos monarquistas, especuladores estrangeiros inescrupulosos mancomunados com os centros decisórios do capitalismo internacional e os políticos traidores da pátria.”². Nesse sentido, é possível perceber por meio dessas crônicas os conflitos e as contradições que marcaram os primórdios da República e o presente estudo discute a forma como Raul Pompeia os apresentou ao seu público leitor, por meio de um discurso eloquente e persuasivo.

Sobre esse exercício da escrita Leyla Perrone-Moisés no ensaio, “Lautréamont e Raul Pompéia” inserido na obra *O Ateneu – retórica e paixão*, afirma que o escritor teve contato com a disciplina da Retórica já no Colégio Abílio, no qual ingressou aos 10 anos de idade. Esse fato é “um dado considerável, mas não decisivo, para a análise de

²CORREA, Rubens Arantes. História e crônica: Raul Pompeia e a série “Da Capital”. Franca, **Revista História e Cultura**, v.1, n.1, p.41-52, 2012. p. 46.

suas obras” (MOISÉS, 1988, p. 15), pois isso evidencia o começo do trabalho da retórica nos textos de Pompeia e na elaboração do seu único romance, que lhe dará uma difícil classificação por conter uma pluralidade de estilos. Na obra *O Ateneu – retórica e paixão*, Roberto de Oliveira Brandão, no capítulo “Os manuais de retórica brasileiros do século XIX”, apresenta a retórica como um projeto ideológico, sendo “o lugar de encontro dos interesses sociais como repositório de conhecimentos, como sistema de valores e instrumentos de ação.” (BRANDÃO, 1988, p. 50). Com isso o autor menciona que a retórica tem um caráter formativo que pode se resumir em três aspectos: “deleitar, instruir e mover”, proporcionando três modos básicos do relacionamento humano, na perspectiva da eloquência, de acordo com as *Lições de Retórica*, de José Maria Velho da Silva:

O primeiro, ou *inferior*, procura só o deleite dos ouvintes, como nos panegíricos, nas orações inaugurais, etc.

O segundo, ou *médio*, é aquele em que o orador junta ao desejo de agradar o de instruir para convencer, como nas obras didáticas.

O terceiro e mais elevado, ou *superior*, é aquele em que o orador procura mover os ânimos, convencendo, persuadindo e deleitando; este grau, manifestação esplêndida do gênio oratório acha campo largo nos discursos da tribuna sagrada, e nos das assembleias políticas ou populares.³

Brandão menciona que esses três modos básicos do relacionamento humano acabaram por formar o estofo de todas as profissões liberais e as letras em geral, sendo o jornalismo e a política um espaço para o desdobramento natural da atividade retórica, principalmente o terceiro modo. Isso evidencia mais um aspecto que fortalece o discurso eloquente de Raul Pompeia em suas crônicas.

³ VELHO DA SILVA, José Maria. **Lições de retórica**. Cidade: Editora, ano de publicação, 1882, p. 55-56.

Eugênio Gomes em *Visões e revisões* apresenta seis artigos sobre Raul Pompeia e o *O Ateneu*. No artigo intitulado “Pompeia e a eloquência”, Gomes mostra que esse manejo com as palavras e a pluralidade estética foram aprimorados pela personalidade do escritor: “Raul Pompeia não concordaria de modo algum em estrangular a eloquência, que converteu mesmo em instrumento de arte e de combatividade, por uma exigência natural de sua arrebatada índole” (GOMES, 1958, p. 73).

Essa personalidade forte de Pompeia manifestada por meio da eloquência também foi resgatada por Nestor Vitor ao registrar a postura do escritor em discurso proferido diante de uma plateia por ocasião de uma das graves perturbações políticas de sua época:

Estavam os ânimos numa dessas cegas exaltações próprias das guerras civis. Todo o mundo ali reunido tinha somente nos lábios exclamativas de ódio, frases inacabadas, embebidas em fel. [...] Ele foi o último a falar. Estava como todos exaltadíssimo. Seu discurso, no entanto, involuntariamente, foi até certo ponto um toque de rebate àquelas cegas paixões. Porque, quase alucinado como estava, o que ainda assim ele lançou em nossos ouvidos foi uma torrente de ideias. [...] Cada ideia acompanhada de suas circunstâncias, cortada de incidentes vários, cada substantivo aclarado, ampliado ou restringido rigorosamente por minuciosa, vívida, colorida adjetivação.⁴

2. Jornalismo, política e crônica

A partir de 1881, quando se matriculou na Faculdade de Direito de São Paulo, Pompeia tomou contato com o ambiente literário e com os movimentos abolicionista e

⁴ VITOR, Nestor. **Obra crítica de Nestor Vitor**. . Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1969. v.1. p. 281.

republicano. Nesse período colaborou com diversos jornais – *A Comédia*, *O Nove de Setembro*, *O Boêmio*, *A luta*, *O embrião*, *Ça Ira!...* (órgão do Centro Abolicionista de São Paulo), *Jornal do Comércio* – além de se tornar redator-chefe de *A Onda*, órgão dos acadêmicos abolicionistas. Em 10 de setembro de 1882, escreveu uma crônica para a *Gazeta de Notícias* em homenagem à morte do amigo e líder abolicionista Luís Gama, “Última página da vida de um grande homem”⁵, na qual “unifica, pateticamente, com o seu cáldo impressionismo, as duas vertentes de sua atuação intelectual, Abolicionismo e a República”⁶.

Ao ser reprovado no 3º ano, em 1883, Pompeia seguiu com 93 acadêmicos para o Recife e ali concluiu o curso de Direito, mas não exerceu a advocacia. De volta ao Rio de Janeiro, em 1885, dedicou-se ao jornalismo, escrevendo crônicas, folhetins, artigos, contos e participando da vida boêmia das rodas intelectuais. Nesse momento, escreveu *O Ateneu* “crônica de saudades”, romance de cunho autobiográfico, narrado em primeira pessoa, contando o drama de um menino que, arrancado do lar, é colocado num internato da época. Publicou-o em 1888, primeiro em folhetins, na *Gazeta de Notícias*, e logo a seguir, em livro, que o consagrou definitivamente como escritor. Nesse mesmo ano foi assinada a Lei Áurea, resultado da campanha pela qual Pompeia tanto lutara. No ano seguinte, o escritor empenhou-se em outra luta, a da implantação da República. Dessa forma, sua atividade jornalística continuava intensa, publicando seus trabalhos em importantes jornais, como a *Gazeta Literária*, *A Semana*, *Gazeta da Tarde*, e também sendo redator de *A rua* (jornal republicano de Pardal Malet) e *Jornal do Comércio*, todos no Rio de Janeiro. Essa intensa produção jornalística de Pompeia evidencia que o escritor se utilizou da imprensa para expor suas convicções sem se

⁵POMPEIA, RAUL. Última página na vida de um grande homem, *Gazeta de Notícias*, 10/09/1882. In: **Com a palavra Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas.** Organização, apresentação e notas: Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011. p. 227-236.

⁶ IVO, Ledo. **O universo poético de Raul Pompeia.** Rio de Janeiro: Livraria São José, 1963. p. 69.

curvar aos anseios contrários aos seus ideais, praticando uma literatura engajada, mesmo que isso lhe trouxesse um grande número de rivais.

Nicolau Sevcenko, em *Literatura como Missão*, ao cunhar o termo a “escritores-cidadãos”, defende quem certos escritores passaram a ter bem definido o seu novo papel, o de agentes formadores, ou como o próprio historiador os nomeou: *filhos diletos da Regeneração*. Tendo o jornal como um meio de debate mais do que de transmissor de notícia, compartilhavam com o leitor, além da cobertura do dia a dia, os acontecimentos de acordo com os seus respectivos pontos de vista.

Diante disso, intensificou-se o exercício intelectual como atitude política, o que resultou na criação de diversos textos literários de cunho político e social, permitindo a discussão dos problemas sociais e realizando o processo de popularização do conhecimento entre o público leitor. A euforia é percebida nos jornais da época, principalmente nas crônicas que cumpriam a função de descreverem os fatos das províncias, sobretudo os que geravam comoção popular. Diversos cronistas se colocaram a serviço dessa nova ordem, o que significava a reivindicação de melhorias urbanas e a denúncia de tudo que representasse uma barreira para o desenvolvimento do país. Tais textos promoveram novas ideias e formularam a imagem que as elites políticas tinham sobre aquele momento e quais eram as suas projeções para o futuro. De acordo com Sevcenko⁷, a literatura passa a fazer parte das novas linguagens, o que muda completamente a sensibilidade coletiva, criando-se no ambiente público um lugar propício ao debate dos acontecimentos sociais:

Esse “novo jornalismo”, de par com as revistas mundanas, intensamente ilustradas e que são o seu produto mais refinado, torna-se mesmo a coqueluche da nova burguesia urbana, significando o seu

⁷ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão. Tensões culturais e criação cultural na Primeira República**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 119.

consumo, sob todas as formas, um sinal de bom-tom sob a atmosfera da Regeneração. Cria-se assim uma “opinião pública” urbana, sequiosa do juízo e da orientação dos homens de letras que preenchiam as redações. Os intelectuais, por sua vez, vendo aumentado o seu poder de ação social, anseiam levá-lo às últimas consequências. (SEVCENKO, 2003, 119)

Ao lado dessa produção intensa dos “escritores-cidadãos”, tendo uma missão de construir um projeto de uma cultura literária nacional, também estava inserida a profissionalização de tal função, uma vez que esse período ainda não dava aos escritores a possibilidade de se sustentarem por meio dos seus escritos. Dessa forma, para muitos escritores da época, tal atividade se tornava um ofício, visto que os homens de letras só tinham os periódicos para exercerem a função de jornalistas-escritores.

Além disso, a vida literária brasileira, no final do século XIX, foi fortemente influenciada pela modernidade francesa, a *Belle Époque*, a qual atribuiu novos valores na Capital Federal, e os espalhou para outras capitais, como São Paulo, Recife, Fortaleza e Manaus. Essas cidades precisavam alcançar esses novos valores, e para tanto, era necessário que elas passassem por um processo de reforma e transformação política, cultural e artística. A implantação dessas mudanças nas diferentes capitais brasileiras teve um grande apoio da imprensa periódica, que discutia a relação entre atraso e progresso e os seus benefícios para a sociedade. Portanto, era necessário noticiar as modificações que estavam ocorrendo, já que essas capitais tornavam-se símbolos da inserção da modernidade no Brasil.

Tais publicações eram veiculadas de diferentes formas, como os folhetins, notícias, correspondências, colunas semanais, etc. Entretanto, um estilo de escrita, devido à forte presença francesa, acabou se impondo sobre os demais. A crônica, cuja trajetória teve início nos folhetins, permitiu ao escritor uma aproximação com o leitor,

facilitando o debate sobre os mais diversos assuntos que surgiam nas capitais. E é nesse período que importantes escritores passaram a exercer a função de jornalistas, utilizando os jornais como espaço para o exercício da linguagem literária, concedendo aos seus mais diferentes gêneros aspectos literários, que se prolongou e alcançou as primeiras décadas do século XX.

Como aponta Antonio Candido, no ensaio “A vida ao rés-do-chão”, esse gênero foi ampliado no Brasil pelas características que aqui foram assumidas, por exemplo, o processo descritivo associado a debates e opiniões, fazendo com que sua vida breve como folhetim, *vida ao rés-do-chão*, proporcionasse a formação de um novo gênero brasileiro. Antes os folhetins tratavam de assuntos menores, mais com o intuito de entreter do que de informar, não alcançando assim a posteridade. Já a crônica utiliza os assuntos importantes de seu tempo, sendo uma forma de testemunho do que foi vivido por seus autores, e suas técnicas argumentativas permitem a compreensão do momento histórico em que foram escritos, não sendo possível separar esse gênero das conjunturas externas pelas quais está envolto.

3. Raul Pompeia na primeira página dos paulistas

Demarcados esses parâmetros da atividade jornalística de Pompeia, é possível situar o objeto do presente estudo. Quando convidado para fazer parte do elenco de colaboradores do jornal *O Estado de São Paulo*, Pompeia já era conhecido pelos seus ideais republicanos e já tinha firmado o seu nome no cenário das letras nacionais com o romance *O Ateneu*. Para comemorar a vinda do seu mais novo colaborador, o jornal prestou uma homenagem publicando a seguinte nota em 08 de outubro de 1890:

Damos aos nossos leitores a grata notícia de que Raul Pompeia vai ser nosso correspondente no Rio.

Achando-se Valentim Magalhães muito atarefado atualmente pelo excesso de trabalho com que o sobrecarregou a presidência da *Companhia Educadora*, escreveu-nos pedindo que o substituíssemos no cargo de nosso correspondente; procurando, como sempre procuramos, servir bem o público, lembramo-nos do moço ilustre, que em S. Paulo deixou um belo nome, e que na capital da República tem sabido elevar-se e distinguir-se cada vez mais pelas suas raras qualidades de escritor e de artista.

Raul Pompeia, o delicado burilador das *Canções sem metro*, o esquisito novelista do *Ateneu*, o cintilante folhetinista do *Jornal do Comércio*, é atualmente um dos melhores e dos mais originais prosadores brasileiros. Por esta aquisição não temos senão a congratular-nos com os nossos leitores, pois estamos convencidos de que lhes vamos servir do que há de mais fino nas nossas letras.

Cumpre-nos agora agradecer a Valentim Magalhães o concurso do seu talento e da sua nunca desmentida atividade, que por alguns meses nos prestou. (*O Estado de São Paulo*, 08 de outubro de 1890)

O texto sugere que Pompeia deixara um legado na capital paulista, relacionado às reivindicações abolicionistas quando aluno da Faculdade de Direito de São Paulo. E o artigo menciona que os leitores ficariam gratos com os futuros textos produzidos por esse escritor, que referendariam os ideais republicanos defendidos pelo jornal vinculado aos interesses da elite cafeeira. Conforme defendem Maria Helena Capelato e Maria Lígia Coelho Prado na obra *O Bravo Matutino*, o jornal paulista seria um exemplo de instrumento de manipulação de interesses e de intervenção social.⁸ E para tal processo, necessitava de um escritor que pudesse elaborar em sua escrita um discurso eloquente e persuasivo, com o uso da retórica acrescido do seu engajamento.

⁸ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo.** São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980. p. 19.

A posição na qual se situava *O Estado de São Paulo* teve a sua origem a partir da repercussão do manifesto republicano de 1870, que desencadeou a organização de diversos partidos republicanos, tanto na capital de São Paulo como no interior, principalmente nos municípios de Sorocaba, Campinas, Jundiaí, Piracicaba e Itu. Em 18 de abril de 1873, numa reunião na residência de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, que ficou conhecida como a Convenção de Itu, a Primeira Convenção Republicana no Brasil, fundou-se o Partido Republicano Paulista (PRP) e um jornal com tendência política republicana com o propósito de combater a monarquia e a escravidão. A partir desse momento, os ideais republicanos ganharam cada vez mais força e passaram a ser apoiados pelo poderio econômico da elite cafeeira, por estudantes e professores da Faculdade de Direito, ganhando um novo meio para sua divulgação diária, o jornal *A Província de São Paulo*. Esse processo de uma “nova imprensa” é descrito por Angela Alonso em *Ideias em Movimento* (2001, p. 276):

Mas a nova conjuntura propiciou também a constituição de uma nova imprensa. Especialmente na Corte e nos redutos dos grupos contestadores, formaram-se os jornais independentes em relação aos partidos imperiais. Os federalistas científicos, mais dotados de recursos financeiros que os demais grupos, estabeleceram empresas próprias para auto-expressão: os paulistas criaram a *Gazeta de Campinas* (1873), *A Província de São Paulo* (1875) e o *Diário Popular* (1884).

A redação do jornal paulista *A Província* foi confiada a Francisco Rangel Pestana e Américo Brasília de Campos, e a sua primeira edição saiu em 04 de janeiro de 1875. O jornal possuía dimensões e formato 47 ½ por 65 cm, com edições variando entre 8 a 20 páginas e sete colunas. Nas primeiras publicações predominavam os anúncios, e edições somente com assinaturas, isto é, não havia venda avulsa. Rangel

Pestana já era veterano na imprensa: fundara *O Timbira*, ainda acadêmico, e em 1862 colaborara com Teófilo Otoni e Faria Alvim no *Futuro*. Américo de Campos trazia também larga prática de jornal. O gerente era José Maria Lisboa. Lúcio de Mendonça, Gaspar da Silva e Joaquim Taques completavam a redação, o primeiro fazia as notícias e a revisão das provas, ajudado pelos outros (SODRÉ, 1999, p. 226). O jornal não era órgão que pertencia a algum partido, nem mesmo ao Partido Republicano Paulista; ele servia como meio de divulgação e defesa dos ideais republicanos, que eram os mesmos da elite cafeeira. Valendo-se de várias hipóteses, Regina Abreu (1998, p.77) constata em *O Enigma de Os Sertões* que,

Na verdade, o *Província de São Paulo* defendeu desde o início os interesses da elite agrária, combatendo a centralização política e administrativa imposta pelo Poder Moderador ao longo do Império. Reivindicava igualmente eleições diretas para o Senado e para a presidência das províncias, a separação entre a Igreja e o Estado, a instituição do casamento e do registro civil e a substituição progressiva do trabalho escravo pelo trabalho livre. Seus editoriais eram de cunho anticlerical, antiescravagista e antimonárquico.

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a edição do dia 16 traz uma comemoração de página inteira, cuja única ilustração era o desenho de um gorro frígio, alegoria da liberdade conquistada. Nas páginas internas, o noticiário sobre os acontecimentos da véspera e a constituição do governo provisório no Rio de Janeiro. No dia 18 o jornal noticiava com detalhes o embarque da família imperial para o exílio. Com o advento da República as províncias passaram ser denominadas estados, e o jornal *A Província de São Paulo* em consonância com os novos tempos a partir de 01/01/1890 passou a se chamar *O Estado de S. Paulo*. Com a saída do redator-chefe

Rangel Pestana, que se afastou para trabalhar no projeto da Constituição em Petrópolis, Júlio Mesquita assumiu a efetiva direção de *O Estado de S. Paulo*.

Mais adiante, o jornal requisitou importantes escritores para colaborarem na primeira página, muitas vezes para apoiar os ideais políticos que defendia. A leitura de um editorial bem feito propiciava ao leitor a meditação e a reflexão, aproximando-o do que há de mais importante nos acontecimentos daquele momento. Juarez Bahia (1990, p. 100), assim caracteriza o editorial desse período jornalístico: “Na imprensa do Império e da Primeira República, o editorial é um artigo de fundo pesado, solene, eloquente como o discurso parlamentar e que geralmente ocupa o espaço nobre da primeira página”. Os textos que eram publicados na primeira página *ocupavam uma posição de honra* (LOPES, 2006, p. 337), e essa dimensão de um texto honroso irá se estender às crônicas de Raul Pompeia, as quais se destacam em relação às demais colunas da primeira página. Pompeia possuía uma seção própria para a publicação das suas crônicas, isto é, não só tinha o privilégio da solene primeira página, como a sua própria seção, intitulada “Da Capital”.

Geralmente essa coluna era dividida em várias partes que condiziam com os vários assuntos abarcados. Ao lado da predominância da vida política, ainda podia abordar a vida social e alguns aspectos da vida artística. No início de crônica de 26 de abril de 1891, Pompeia comenta sobre essa variedade da matéria da crônica:

Os cronistas tiveram um fartão com esta semana.

Política e dramas da vida e agitações no mundo artístico, escândalos, tudo houve acumuladamente, como uma mistura de cores num caleidoscópio, à escolha da preferência de cada um.⁹

⁹ Essa crônica e as demais que serão analisadas estão reproduzidas na íntegra na presente antologia a partir da página 56.

Ao comparar a diversidade de assuntos possíveis de serem abordados numa crônica com as cores num caleidoscópio, o autor nós dá a ideia de uma combinação de diferentes elementos, formando um efeito visual agradável e variado. Esse aparelho óptico, inventado na Inglaterra em 1817, foi durante todo o século XIX admirado universalmente. Talvez Pompeia tenha realizado tal comparação, não só pela possibilidade da mistura de diferentes assuntos, mas também para tornar suas crônicas um produto mais belo.

4. Um novo inimigo a ser derrotado: a imigração

No final do século XIX, a imigração europeia era vista como um caminho indispensável para o progresso do Brasil. Contudo, Pompeia, em uma série de crônicas para *O Estado de São Paulo*, revelou-se extremamente contrário à intensa imigração que ocorria naquele período, vista como uma ameaça à própria sobrevivência da nação. O tema ganhou uma dimensão mais específica e candente ao tratar da imigração italiana, uma vez que atingia diretamente o público principal do jornal, os paulistas.

A primeira vez em que destaca a imigração italiana é na segunda parte de crônica publicada em 26 de julho de 1891. Pompeia fica indignado pela situação dos italianos residentes no Brasil, incitados por dois periódicos italianos, a não aceitarem a naturalização oferecida pela nova República. E repudia tal ação de forma extrema ao utilizar um adjetivo que remete a algo imenso e assombroso: “Só entre nós, diante desta pachorra elefantescas do grande Brasil, se toleraria tão afrontosa propaganda.”. Denuncia que existem pessoas ou grupos sociais que, ao apoiar tal situação, não estão pensando a favor da pátria. Essa recusa seria mais indignante, uma vez que o Brasil acolheu esses

imigrantes e aceitar a naturalização seria o mínimo de gratidão. Aqui o autor mais uma vez demonstra sua indignação por meio de um tom agressivo, afirmando que os italianos só visam o lucro e não possuem um espírito nacionalista em prol do Brasil, o que pode atrapalhar o crescimento da nação:

Desta grande nação só querem os recursos de vida. Para cá não trazem, quando imigram, nem o cérebro nem o coração; trazem apenas o ventre, não trazem o amplexo da generosa fraternidade que nos cinja em franca simpatia; trazem somente a cinta de couro onde metiam as libras [...].

Pompeia finaliza essa crônica em tom profético, usando verbos no infinitivo impessoal com ideia de ordem, clamando os seus leitores – o povo brasileiro – a lutarem por um ideal, comparando o país a uma casa que precisa ser cuidada:

É fazer sentir os nossos direitos soberanos de povo diante dos povos; impor a compensação dessa teoria de egoísmo praticada e proclamada com acinte; contradizer o odioso escrúpulo com que se reservem para os hóspedes, a título de hospedagem, todas as vantagens da bela e cômoda residência, deixando apenas para os intitulados donos da casa todos os desgostos e trabalhos de defesa e guarda dessa residência [...].

Em uma outra crônica, publicada 23 dias depois e escrita em 14 de agosto, Pompeia menciona o efeito que o seu clamor apresentado na crônica comentada anteriormente causou nos leitores, principalmente nos paulistas, pois ele recebeu diversas correspondências endereçadas de São Paulo, apoiando o discurso emblemático e profético da crônica publicada no dia 26 de julho,

Depois da última destas correspondências, tivemos a satisfação de receber, endereçados de São Paulo, várias cartas de amigos desconhecidos, declarando acordo com certas ideias nossas e com o desembaraço franco da sua apresentação nos trechos da mesma última correspondência. [...]

Ao situar o leitor no primeiro parágrafo da crônica, como de hábito, Pompeia passa a dissertar para os jovens de São Paulo, constituindo a primeira vez em que um diálogo entre cronista e o público leitor paulista ocorre de forma explícita. Com muitos adjetivos, o escritor elogia o seu principal público leitor com a intenção de enfatizar o diferencial dessa cidade, que é a sua vida intelectual, representada pelos estudantes universitários. Por já ter estudado na Faculdade de Direito de São Paulo, Pompeia reconhece o valor da juventude paulista e a convoca para combater esses “estrangeiros parasitas” que impedem a “liberdade de sermos nós mesmos, que, pouco a pouco, por descuido nosso e por insidiosa empreitada de hábeis inimigos, nos foi sendo subtraída”. Ao confiar na mocidade dessa cidade, Raul acredita que ela tem a capacidade de liderar um movimento patriótico: “E São Paulo, que tem sido tantas vezes a capital do espírito novo, em nossa pátria; que, com a sua brilhante população acadêmica tem tantas vezes assinalado o rebate do futuro, nos domínios do pensamento político [...]”.

Por outro lado, o autor alega que tal entusiasmo e espírito patriótico são uma investida no futuro do país, concretizando tal defesa com uma declaração heroica, à maneira daquelas que generais proclamam ao seu exército antes de irem para uma imensa batalha:

E, nesse ambiente de invisível guerra, de subtilíssima traição, acoutada no diminutivo e fortalecida pela infinidade, nessa atmosfera de morte, nessa conspiração de um veneno aéreo, inclemente, que mata sem se deixar perceber, a alma nacional agoniza e reluta em

supremas vascas, tanto mais aflitivas, quando se tem de torcer em silêncio: cumpre morrer discretamente, sob pena de morrer mais depressa!

O uso das imagens bélicas que surge aqui vai se intensificando: “invisível guerra”, “atmosfera de morte”, “veneno aéreo”. Ele finaliza essa parte da crônica realizando uma convocação ao jovem paulista: “A São Paulo, a mocidade de São Paulo, caiba a glória de acordar primeiro ao rebate da alvorada.”. Com esse vocativo, Raul Pompeia aprova o pensamento paulista e mostra para os demais leitores que a cidade está caminhando para a direção correta, já que sua força política possui um peso enorme no futuro do país.

A quarta crônica a ser comentada, publicada em 01 de setembro de 1891, escrita em 24 de Agosto, está dividida em três partes pelo escritor, abordando três distintos assuntos. O primeiro aborda os nove anos da morte do poeta Luís Gama, que para Pompeia está caindo no esquecimento, principalmente para os leitores de São Paulo que não devem esquecer a sua importância no processo abolicionista. Pompeia retoma esse escritor também por ter sido seu amigo e ambos terem se engajado na luta abolicionista, como apresenta Camil Capaz na biografia dedicada ao autor d’*O Ateneu*: “A transição das lutas acadêmicas para uma atuação mais efetiva em favor dos escravizados fez-se principalmente sob a influência de Luís Gama, o grande advogado e propagandista de São Paulo, à época o maior líder da causa abolicionista” (2013, 56). Depois da morte de Gama, Raul continuou na luta pelo movimento emancipacionista, ao lado de Antônio Bento. O encantamento de Pompeia com Luís Gama era imenso, e por isso destacava o seu papel no engajamento pela liberdade. Dessa forma, o cronista presta mais uma homenagem ao grande abolicionista com as seguintes palavras: “Talvez, em São Paulo, já não se preocupe muito a reminiscência do povo com as saudades de quem foi o maior

amigo desse mesmo povo e a mais ativa e mais pura individualidade moral que jamais cresceu sobre a terra paulista”. Pompeia destaca a importância do poeta no presente momento, já que o ele sempre defendeu a pátria de uma forma única – “Em todos os seus sonhos de pátria, ele era completo e intransigente...” – favorecendo o amadurecimento dos paulistas que buscavam o progresso pela ideia de nação: “Os paulistas, nestes poucos anos, depois que ele morreu, adiantaram-se muito: são modernos, emancipados;”. Com isso, o escritor resgata o legado de Luís Gama para defender que sem ele São Paulo não alcançaria o nível político em que estava.

Essa primeira parte é finalizada com uma frase irônica –“A hora pertence toda, exclusivamente, à fundação patriótica da... Nova-Itália” –, pois ele justamente quer atacar a construção de uma nova nacionalidade que ameaçaria o Brasil. Uma “Nova-Itália” é o que poderia ser criado em São Paulo, devido ao grande fluxo de imigrantes italianos. Percebe-se o exagero de Pompeia para atrair a atenção de seu público para sua causa.

Na próxima crônica a ser analisada, publicada em 13 de setembro de 1891, e escrita em 05 de setembro, o autor fará uma leitura de folhetos que foram retirados de um livro do escritor Silvio Romero, *História da Literatura Brasileira* (1888); o folheto recebe o título *A imigração e o futuro da raça portuguesa*. O assunto da imigração é abordado de forma constante pelo autor, pois em seu ponto de vista é um problema que precisa de uma solução. Mas aqui a preocupação maior é o futuro da “raça portuguesa”, podendo ser visualizado certo grau de xenofobismo. E para ser ajudado nessa empreitada recorre de a um escritor de prestígio para embasar seus argumentos. Ao dialogar com o leitor paulista, Pompeia deixa transparecer a relação entre a imigração e a capital paulista, dando a entender que espera de um povo letrado compreensão e compartilhamento de suas ideias, uma vez que essa obra seria importante para os

moços de São Paulo, os quais deveriam ser informados das questões e das obras para se prepararem para uma tomada de posição: “A São Paulo hão de chegar sem dúvida muitos exemplares desse folheto, que a mocidade principalmente devia decorar, como um catecismo de prudência patriótica; vamos entretanto antecipando um transunto das ideias, nele contidas.”.

Nesse momento, o escritor apresenta um trecho desse folheto que trata do problema da imigração e do futuro da etnia portuguesa, mas antes de iniciar a transposição do que está contido no folheto, já apresenta sua opinião sobre a postura de Silvio Romero:

Silvio Romero define brilhantemente esse perigo em duas soluções que estabelece, soluções contrárias, ambas todavia por igual funestas, quem tem tido entre nós o problema gravíssimo da imigração. Dessas soluções, uma é negativa a outra é positiva e ambas pecam proporcionalmente pelo enorme descuido que as têm ditado.

Com essa declaração Pompeia delimita a recepção do leitor, fazendo com que ele já tente encontrar esses aspectos positivos e negativos quando realizar a leitura do trecho transcrito do folheto. A ideia que ele julga ser positiva seria a de “encher a torto e a direito” a região Sul do país com outros imigrantes com a finalidade de eliminar os parasitas portugueses. Mas ele já apresenta um questionamento para tal iniciativa, pois ao ficar totalmente diversa do resto do país poderia provocar uma separação inevitável. A outra ideia, de caráter negativo, está na região Norte, “a contar do Espírito Santo para cima”. Houve a criação de um paradigma de que o clima do Norte por ser de calor intenso não fosse viável para o estabelecimento do europeu, possibilitando assim um povoamento dessa região apenas com “Espíritos tacanhos e míopes [...]”. E o resultado tem sido a constante depreciação dessa região.

Com isso, diante da proposta de “exterminar” a raça portuguesa, e não sendo cabível a realização das duas soluções apresentadas acima, Pompeia apresenta outras três soluções para o problema já mencionado: “a dos *inimobilistas* que nada querem por esse lado; a dos *interesseiros*, especuladores políticos, que desejam a transformação completa dos estados meridionais da federação; a dos que querem a *colonização integral e progressiva*. Este último sistema pode salvar o futuro da raça portuguesa e da nossa nacionalidade.”. O necessário seria não descuidar de uma região para cuidar de outra, afirma Raul, reconhecendo que o país é imenso e possui áreas apropriadas para colonização europeia e estabelecimento do povo brasileiro, procurando assimilar elementos estrangeiros com os nacionais e afastando o risco da dissolução da nação brasileira. E finaliza com a seguinte consideração: “São estas as ideias do folheto e prouvera à sorte fossem elas as de todo o brasileiro que por profissão, ou por dedicação ocupa um posto de combate em prol do nosso futuro.”

As quatro crônicas finais que serão comentadas aqui abordaram um conflito entre nacionais e italianos em São Paulo e as suas consequências.

Na crônica publicada no dia 05 de julho de 1892, escrita em 30 de junho, o autor inicia o assunto declarando que tal discussão chegou até o Rio de Janeiro e que merece ser abordado pela repercussão havida. . No terceiro parágrafo ele situa o leitor sobre o problema, dizendo que italianos de nascimento, mas nacionalizados argentinos, desembarcando no porto de Santos, tiveram uma atitude hostil – o autor não detalha o assunto –, e que foram repreendidos pela guarda da Alfândega de Santos; se houve excesso por parte da guarda a justiça instituída em nosso país deveria tomar as medidas cabíveis para mostrar que se trata de um país que defende os direitos humanos e não um país agressor. Pompeia preocupa-se com a repercussão negativa que esse fato pode gerar para o Brasil, mostrando que aqui a justiça funciona: “Independente de melindres

de nacionalismo, a justiça se há de fazer a propósito do caso de Santos, a favor, ou contra os tripulantes ofendidos dos dous navios italianos, como é o costume entre nós fazer justiça, a favor, ou contra cidadãos brasileiros.”

O autor critica tal postura desses italianos nacionalizados argentinos, caracterizando como algo que predomina na atitude desse país vizinho, “os impulsos de hostilidade contra nós, adquiridos na escola do ódio, ódio estúpido, feito de inveja falida e de impotência liquidada, que tradicionalmente nos vota o vizinho estado do Prata.” Aqui começa uma postura de rivalidade entre brasileiros e argentinos, pois a opinião pública do Rio de Janeiro é apresentada na crônica, mencionando que teve “um fim político de produzir perturbação”. E tal agitação ocasionou um constrangimento com a colônia italiana localizada no Estado de São Paulo, que como consequência desse tumulto trouxe à tona uma discussão sobre a nacionalidade.

Pompeia começa a finalizar essa crônica confiando numa solução pacífica, sem que o conflito se prolongue e ambos os lados gastem mais energia inútil. E faz um discurso em defesa daqueles que vem aqui para ajudar no desenvolvimento e na construção desse país: “Quem para aqui vem, não nos vem trazer Europa dentro da mala: vem aceitar América. Quem aqui vem chega para inebriar-se do oxigênio farto dos largos horizontes e alegrar-se com a luz efusiva do nosso céu, benigno para todos como a hospitalidade;”. Sua posição não é contrária à imigração, desde que o imigrante se submeta ao país acolhedor. Nesse sentido, algumas frases são significativas: “Quem para aqui vem, não nos vem trazer Europa dentro da mala: vem aceitar América”; “Para a América viaja-se a ser americano; não para ser europeu”. E por fim, finaliza a crônica com um conselho: “Prudência, prudência, brasileiros, em assunto de imigração...”.

A próxima crônica publicada onze dias depois inicia-se retomando a anterior, pois no primeiro parágrafo Pompeia informa: “Correu aqui o boato de que está

resolvido do melhor modo entre o governo do Brasil e da Itália, a recente questão originada dos casos de Santos.”. Diferente da outra crônica, nesta o autor não apenas relata o assunto, mas o aborda de uma forma mais persuasiva, pois o tom alarmista vai crescendo de uma crônica para outra, como se percebe no seguinte trecho: “Se o Brasil, instruindo-se em lições de sábia prudência não souber extingui-lo, lá mesmo na região subterrânea por onde estende os efeitos devastadores de sua traição de fogo, um dia as labaredas rebentarão com intensidade invencível e nesse dia se há de ver... como o elemento destruidor não cedeu jamais.”. Essa riqueza de imagens dá ao período um caráter de eloquência e persuasão, facilitando a construção de argumentos para convencer o leitor.

Também aqui o autor não ameniza tanto a postura dos italianos nacionalizados argentinos no porto de Santos; ele não se torna tão prudente como pediu anteriormente, ao considerar que eles fugiram “na proteção da própria covardia”, e que são “cães para a ganância esfaimada da ambição”. Chega a afirmar que o Brasil não deve deixar se levar pelo sentimento, pois esse pode cegá-lo e levá-lo a não entender a verdadeira intenção dessa hostilidade: “A lição a tirar dos últimos acontecimentos de São Paulo, é que o Brasil está sendo espantosamente ingênuo, em seu proceder a respeito do povoamento do território.”. Citando Georges Jacques Danton para reforçar o seu argumento sobre o patriotismo, sentencia: “Ora a pátria não se leva na sola dos sapatos.”

Pompeia critica alguns italianos que vem para o Brasil e querem exercer seus ideais como se estivessem ainda na Itália, citando como extravagância a associação *Pró Pátria*, que devia ser uma corporação militar em armas ao Norte da Península Itálica, para sair a campo pela pátria – em guerra europeia – ao toque dos clarins da tríplice aliança. Para ele, esses italianos deveriam ter uma iniciativa *pro Brasília*, ou mais simples e mais sincera, *pro labore*.

E finaliza a sua crônica alertando para a imigração excessiva que está ocorrendo no Estado de São Paulo, citando como exemplo o país vizinho, a Argentina, que teria sofrido com a imigração, e dando voz de ordem ao Estado de São Paulo: “A imigração em massa matou a República Argentina. Todo apologista ardente de um tal sistema de povoamento é um insensato ou um inimigo da pátria [...] O riquíssimo e infeliz Estado brasileiro de São Paulo acaba de passar pelos efeitos de uma indigestão de gula imigratória. Previna-se a tempo contra a apoplexia fulminante.”.

Na crônica publicada em 27 de julho de 1892, escrita em 19 do mesmo mês, Pompeia convoca o povo brasileiro e o seu leitor paulista para uma guerra contra a imigração, iniciando o texto da seguinte forma: “É preciso prosseguir. Alerta brasileiros!” Esses brasileiros são os patriotas, a mocidade e a tribuna do povo, capazes de impedir o avanço dos imigrantes que lavram a terra em Campinas. Essa convocação ocorre num tom avassalador, pois o autor vê a decomposição nacional diante desses sintomas da imigração: “Não contra a baixa intriga, que só pode ter como consequência insignificantes conflitos, mas energicamente, contra os sérios indícios da próxima crise social que está para vir é tempo de organizar a defesa”. Raul procura em suas crônicas, e aqui não é diferente, mostrar que todos os efeitos gerados pela imigração não seriam positivos, logo deve-se tomar alguma atitude antes da catástrofe se concretizar. O inimigo está visível, e é necessário combatê-lo; o grito por uma manifestação é dado pelo tom panfletário e pela fatalidade que seu texto carrega, como no trecho abaixo:

Guerra, toda guerra à especulação imigrantista. Os moços de talento e caráter deem o exemplo da propaganda; os velhos beneméritos. Abolicionistas, que tão nobremente representaram a consciência da pátria diante do escravismo, retomem as armas gloriosas da antiga dedicação e congreguem-se de novo contra a nova humilhação perante o mundo, que a estupidez, a inércia, ou a ganância, de alguns patrícios

nossos, de sociedade com finórios e irônicos empreendedores estrangeiros, ao Brasil está preparando.

Nesse único parágrafo, constituído de três períodos, o cronista realiza a sua convocação, citando um grupo bem sucedido na luta pelo progresso do país, os abolicionistas. Para enfatizar o seu ponto de vista, são apresentados diversos argumentos para convencer o leitor, sem deixá-lo sequer pensar em algo contrário. Mais uma vez ela traz como exemplo a Argentina, mostrando que esse país estava sofrendo com a imigração, mas que não teria o que perder, diferente do Brasil, que está começando a sofrer e que teria muito a perder com esse problema. Finaliza a primeira parte dessa crônica com uma afirmação emblemática: “A fatalidade tem a sua justiça. Mas a vitória é preciso que todos a disputem.”. Com essa frase o cronista cria algo parecido com um provérbio, que deve ser seguido e visto como algo verdadeiro.

Na segunda parte dessa crônica, Pompeia reproduz um trecho a respeito da Itália, escrito por Jayme de Séguier, enviado de Paris ao *Jornal do Comércio*. Nesse trecho James comenta um estudo realizado pelo Sr. Fischer e publicado na revista *Deutsche Rundschau*, e apresenta a Itália como um “ponto negro da política europeia”, concluindo que “A Itália é uma decoração de teatro.”. E acrescenta que esse país é pouco favorecido pela natureza, dando ao camponês italiano uma alimentação pobre e magra, que o seu trabalho lhe assegura. Do ponto de vista de Pompeia, com mais esse argumento, um estudo alemão publicado em uma revista de grande valor, torna válido mais uma vez a sua posição contra a imigração italiana, pois ela irá encontrar no Brasil todas as condições necessárias para viver sem precisar lutar para conquistar, já que no Brasil tudo está em abundância: “Brasileiros! Brasileiros! Não tendes jamais conhecido a fome. É isto talvez o segredo de vossa confiança inerte nas cousas”. Por meio desse

discurso irônico o autor finaliza a sua crônica, clamando aos brasileiros que despertem para a sua própria realidade que está sendo afetada por “parasitas italianos.”

Na última crônica a respeito da imigração, publicada em 31 de julho de 1892, o cronista aborda a questão da mão de obra no Brasil, afirmando que o país “não precisa de trabalhadores...”, repudiando mais uma vez a imigração e enfatizando que após o 13 de Maio houve um desprezo pelo negro. Isto é, o Brasil não precisa importar mão de obra, pois já teria brasileiros capazes de trabalhar, mas que foram deixados de lado. E o cronista afirma que os negros são os trabalhadores que o Brasil precisa, pois já mostraram a sua força e bravura em prol do nacionalismo: “o negro heroico e invencível que encheu de pânico e assombro os campos da guerra no Paraguai, o negro de cuja raça emergiu essa grande alma – apoteose, que o Brasil conheceu com o nome de Luís Gama.”. Nesse trecho o autor apresenta a bravura do negro brasileiro e acrescenta mais uma vez a esse fato um nome conhecido dos paulistas, Luís Gama. A defesa do negro é um resgate da campanha abolicionista, não a deixando como algo inacabado: “O negro foi: tem o direito de ser ainda o primeiro trabalhador escolhido.”. No parágrafo seguinte o cronista aborda os motivos morais e políticos, sendo que ambos fazem parte do direito do negro: “Deve ser, pela coerência natural das utilidades, um grave erro – além de ser mais um crime de ingratidão escravocrata o menosprezo pelo operário negro na lavoura do país.” Nesse período, Pompeia mostra a urgência de se dar continuidade ao processo abolicionista, como uma retratação pelo que fizeram com o negro, enfatizando essa mancha na história do país.

Nessa crônica, Pompeia volta mais uma vez a São Paulo como exemplo, mostrando o seu erro a respeito da imigração: “A crise de São Paulo, pela organização ineptamente internacional que se está imprimindo ao trabalho dos campos, vai ser mil vezes mais terrível.”. Nesse período o cronista utiliza da hipérbole, “vai ser mil vezes

mais terrível” para enfatizar o seu grau de convencimento da desgraça que virá para São Paulo depois de uma organização inepta. E novamente pede a atenção de todos que lutam pela nação, “Alerta! alerta, brasileiros!”, por meio do vocativo acompanhado de uma forte exclamação, seguido de convocações alarmistas, que representam os ideários de uma nação em perigo: “E seja o grito unânime – pela Pátria, pela Pátria: guerra à imigração subvencionada, guerra à imigração em massa!” Mostrando sua indignação, ele grita e convoca a mocidade paulista, o seu público leitor, pois é nele que está a garra e a vontade de mudança: “Levante-se a mocidade! Levantem-se os brasileiros de coração! Insurjamos, em nome do futuro, a revolta do brio nacional!”. Para Pompeia era necessário mobilizar, a partir dessa indignação, um grupo que lutasse contra a imigração, assim como os jovens da sua geração lutaram contra a escravidão e a monarquia, em prol de um ideal maior reconhecido na nação: “Tudo pela Pátria tal qual é!”

5. Uma vertigem de horrores

Apesar do predomínio dos assuntos políticos, ao longo de sua colaboração para *O Estado de São Paulo* Pompeia abordou uma série de crimes que ganharam destaque na imprensa carioca. Em lugar da simples retomada da notícia já divulgada, ele se esmera em seus dotes de ficcionista, realçando situações trágicas e grotescas por meio de seu estilo entre realista e impressionista.

Em crônica escrita em 26 de abril de 1891 e publicada três dias depois, o assunto abordado será o de um crime na Rua Larga de São Joaquim, onde um homem, após assassinar uma menina, se suicida. Logo início o cronista comenta o quanto a cidade do Rio de Janeiro era um palco fértil para esse tipo de ocorrência, que muito

impressionariam a sua imaginação e sensibilidade: “No grande diário da vida comum, que alimenta as gazetilhas, tivemos tentativas de homicídio e suicídios aos pares, uma vertigem desses horrores, que não se sabequando cessarão de multiplicar-se no Rio de Janeiro.” Em traços rápidos narra o crime que aparentemente não tinha motivações:

Referimo-nos ao que aconteceu em tranquila vivenda da Rua Larga de São Joaquim, onde um marmanjo, por motivos impenetráveis feriu mortalmente uma pobre menina, e em seguida, com um movimento de bom senso pouco comum nos que acabam de cometer um crime, voltou contra si o revólver com que tentara matar a criança, e estourou a cabeça.

Na sequência, o cronista faz indagações, convocando o leitor a refletir sobre situação; como se fossem as perguntas de uma investigação policial, abre-se espaço para a conjectura:

Que diabo de sugestão poderia ter acordado, no espírito do agressor, para fazê-lo realizar tão covarde agressão?

Alguma espécie patológica de amor, que fizesse esse homem desesperar-se de luxúria por uma criança tão longe ainda de ser uma mulher?

Diante de perguntas sem respostas, Pompeia opta por enfrentar o suicídio: “Parece fácil afirmar que não foi outra a origem do crime, cujo autor soube tão de pronto castigar pelo suicídio...”. Ou seja, para o autor o suicídio precisa ter uma motivação, nesse caso se a menina, possível paixão do assassino, não pode ficar com ele, também não poderá ficar com mais ninguém.

Depois dessas indagações e suposições, o cronista apresenta um último fato, de que o assassino morava na casa da família da menina e que por vê-la todos os dias, a paixão cega o levou a esse ato, encerrando essa segunda parte da crônica e concluindo o

caso da seguinte maneira: “e sendo tão sabido que a ociosidade é a geradora das mais doudas extravagâncias da paixão.”.

A segunda crônica a ser analisada foi escrita em 23 de setembro de? e publicada no dia 28 do mesmo mês. Ela está dividida em duas partes, as quais se complementam. Na primeira parte há o relato de outro crime cometido pelo Jack estripador do Largo do Depósito, criminoso que já atormentava a sociedade carioca havia algum tempo. No segundo parágrafo, Pompeia realiza uma comparação irônica da ação do Jack estripador com “os estripadores infatigáveis de situações políticas”, mostrando que as situações públicas e os seus representantes políticos poderiam se aproximar de um assassino em série contra o bem público.

O cronista procura persuadir o seu leitor não mais para um movimento político, mas sim para uma indagação de que pessoas como o Jack estripador estão soltos e vivendo normalmente no meio de nós:

O espantoso crime que se revelou com o achado do corpo sem cabeça, nem braços, nem pernas, de uma mulher, no tanque do chafariz do já referido Largo vem-nos dizer que aí andam a passar pela gente, a ombrear com a nossa temerária ingenuidade confiante, as mesmas feras humanas que, em períodos convencionalmente e injustamente chamados bárbaros, em comparação com aquele em que vivemos – fizeram o assombro da sociedade pela horrenda sanha.

Ao iniciar a descrição do crime no quarto parágrafo, para chamar a atenção do leitor, apresenta o fato como um problema social e não apenas um caso isolado, que “andam a passar pela gente”, e mais ainda, no parágrafo seguinte, o progresso como uma ilusão:

Pensa-se que vamos progredindo muito em matéria de adiantamento moral. Uma incrível malta de sicários arroja-se de repente, a nos demonstrar que o que tem crescido é apenas o medo, ou a hipocrisia, a simples reserva de enganadora em se mostrar francamente infame e feroz.

Pois se a sociedade fala de progresso não poderiam existir tais crimes bárbaros, mostrando que algo de errado está acontecendo, mas ninguém quer ver. Isto é, um crime como esse não pode ser encarado como algo isolado e sim uma dificuldade que deve ser coibida antes de se tornar algo maior. E essa dificuldade em progredir, do ponto de vista do cronista, se dá pela “impunidade”, que alimenta essa energia de cometer atos que desafiam a moral e a racionalidade.

A partir do sexto parágrafo começa a descrição da cena do crime, na qual a mulher é apresentada por meio de uma condição humilde e serena a ponto de não provocar um assassinato atroz. Todavia a situação que os criminosos a colocaram não foi tão serena assim: “foi imobilizada e amordaçada por vários sujeitos e em sítio ignorado [...], mas ao que parece bem guardado contra a intervenção de qualquer possível socorro –; sofreu lenta e infernal tortura [...]”, as quais terminaram na degolação e separação dos membros superiores e inferiores com uma machadinha, que seriam lançados na Praia da Saúde, onde as ondas seriam cúmplices dessa “barbárie”.

A indignação do cronista se torna maior ao mencionar que essa ação só poderia partir de um desequilíbrio e esse mal só será maior se a justiça não constituir júri contra tal crime. Porém sua confiança na justiça não é total, a ponto de afirmar seu descrédito com a seguinte frase: “O demônio corrigiria o demônio.”

Ao iniciar a segunda parte dessa crônica, ele retoma a questão do crime e dos culpados, com a intenção de não retirar a responsabilidade dos indiciados, que ainda não são os verdadeiros culpados, os quais, diante de tamanha brutalidade devem estar

fulgindo “embriagados” de culpa ou estão sendo castigados pela própria mente e deveriam se entregar como fez “Raskolnikoff de Dostoievski, por sossego de consciência.”

Nesse momento, a crônica realiza um breve diálogo com o leitor para convencê-lo de que crimes absurdos como esse estão acontecendo devido a inúmeras circunstâncias, e a que se sobressai “são as orgias de sangue da burguesia.”. Isto é, o crime esconde a hipocrisia dessa classe social que só se preocupa em salvar as aparências, “é a burguesia que promove os grandes crimes em que se percebem monstruosamente aproveitados os predicados burgueses de cousa pensada, de ponderação bem medida, de plano assentado e cauteloso [...]”

A última crônica a ser analisada foi escrita em 20 de outubro e publicada seis dias depois; ela está dividida em três partes que também se complementam. A parte inicial retrata de forma trágica a descrição dos destroços humanos de duas vítimas, que foram atropeladas por um bonde na Rua do Passeio. Tal incidente descrito pelo cronista a partir de uma ida ao necrotério, onde das quatro mesas de mármore, duas estavam ocupadas:

Na da direita, à luz abundante dos bicos de gás do recinto, via-se um grande cadáver, de pés enormes em calçado de bezerro, ampla sobrecasaca, suja de poeira, mãos naturalmente pousadas ao longo do corpo, queixo para cima, espontando a barba grisalha. Perto da cabeça, num retalho de jornal, havia alguns objetos pertencentes ao morto, óculos de ouro, com a caixa, dinheiro, cartas, o cartão da casa de um comissário. O rosto deste cadáver estava coberto de sangue, que fazia coágulos cor de lacre nos olhos por entre as pestanas.

Aqui, o autor descreve de forma detalhada a situação que provavelmente foi encontrada no necrotério. Contudo, em nenhum momento ele disse que esteve lá, mas

também não diz se ouviu de outra pessoa. O fato é que se utiliza da riqueza de imagens para apresentar a cena ao leitor, como se fosse uma foto de capa de jornal, antecipando o que seriam as manchetes jornalísticas acompanhadas de fotos periciais. Esse grau de convencimento acaba sendo maior pelo predomínio dos detalhes, o que de certa forma condizia com a habilidade de desenho que Pompeia também exercia.

E o cronista enfatiza que o que acabou de ser visualizado é pequeno diante do grande horror que ainda estava por vir: “Na mesa esquerda é que se oferecia o que de mais atroz pode apresentar um mármore de necrotério.” Após criar uma expectativa de mistério, lança a descrição dessa outra mesa, revelando o fascínio que o tema da morte despertava nele:

Via-se ali uma cousa que devia ter sido um corpo humano, um corpo de mulher, reconhecível apenas por dous pequenos pés femininos, em botinas de pano, atirados ao acaso, como sem nenhum contato com o resto, e por umas roupas em trouxa, amassadas com sangue e lama, parecendo roupas de senhora [...] um grande buraco de chaga, donde caíam dentes soltos como as sementes de um fruto aberto... o que de mais atroz se poderia compreender como o esmagamento, a dilaceração, o aniquilamento da forma humana, [...]

Apenas na segunda parte dessa crônica Pompeia recupera a história do casal: ela com sessenta, e ele setenta anos, vieram de uma fazenda do interior e tiveram esse fim trágico num dos bondes da Companhia do Jardim Botânico. O cronista também inicia uma discussão que ganha forma na terceira e última parte dessa crônica, que é a dicotomia moderno *versus* arcaico. Ele apresenta esse casal como sendo o arcaico, vindo do mundo rural, frente à modernidade do bonde da cidade, e quando esses dois elementos se chocam, a sociedade se revolta contra esse avanço: “Já um dia vimos o povo indignado tentar levantar os trilhos numa das ruas da cidade, por ocasião da morte

de uma criança alcançada por um bonde [...] com uma certa prevenção de estupidez que aqui nasceu contra a inovação da tração mecânica.”

Esse assunto da indignação pública e do moderno *versus* o arcaico acaba sendo ampliado na terceira parte, e o autor defende a manifestação do povo, com a ressalva de que todos os problemas sejam primeiramente resolvidos, tais como “mau serviço”, “brutalidade dos condutores”, “contra as companhias que não tem regulamentação de repressão suficiente para os abusos dos seus empregados”, etc. Se mesmo assim os bondes continuarem a tirar “a vida do nosso semelhante” e apenas enriquecer “o rendoso serviço de transporte urbano”, aí sim o povo deveria iniciar um “movimento de revolta especializado contra os carros elétricos.”.

No entanto, Pompeia finaliza essa crônica vangloriando esse novo meio de transporte, defendendo assim o progresso: “Mas não se insurjam prevenções selvagens, boçais contra uma reforma que faz honra à civilização das primeiras capitais”.

Bibliografia

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Priscila Rampin de. **Um cronista na tribuna**: Joaquim Manuel de Macedo imprensa e política na consolidação do Estado-nacional brasileiro. 2011. f. 184. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARAÚJO, Regina Lúcia de. **Raul Pompeia**: jornalismo e prosa poética. 2006. 216 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: as técnicas do jornalismo. 4. ed. rev. e aumentada. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Alfredo. **Gêneros de fronteira**: cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. **História concisa da literatura brasileira**. 33. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

_____. O Ateneu, opacidade e destruição. In: BOSI, Alfredo (Org.). **Céu, inferno**. São Paulo: Cultrix, 1988. p. 26

BOCK, K. Teorias do progresso, desenvolvimento e evolução. In: BOTTOMORE, T.; NISBET, R. (Orgs.). **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p.95.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. **Figuras de linguagem**. São Paulo: Ática, 1989.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil, 1900**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

_____. **Naturalistas, parnasianos e decadistas**: vida literária do realismo ao pré-modernismo. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991.

_____. **Raul Pompeia**: biografia. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. v.iii.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.15

CARONE, Edgar. **A República Velha – Instituições e classes sociais**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1970.

_____. **A República Velha – Evolução Política**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1971.

_____. **A Primeira República: 1889-1930 (Texto e contexto)**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAPAZ, Camil. **Raul Pompeia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2013.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia**: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CORRÊA, Rubens Arantes. As crônicas de Raul Pompeia: um retrato da vida política brasileira do final do século XIX. **CLARETIANO – Revista do Centro Universitário**, Batatais, n.4, p. 65, 2004.

_____. História e crônica: Raul Pompeia e a série “Da Capital”. Franca, **Revista História e Cultura**, v.1, n.1, p.41-52, 2012. p. 46.

_____. **Literatura e Identidade Nacional:** Raul Pompeia e os percalços do nacionalismo brasileiro. São Paulo: UFSCar, 2001.

_____. Raul Pompeia e a historiografia da Literatura Brasileira. **CLARETIANO – Revista do Centro Universitário**, Batatais, n. 6, p.39, 2006.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República**. 8. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das ideias no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. Co-direção Eduardo de Faria Coutinho. 7. ed rev. e atual. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Raul Pompeia, obra completa:** volume VIII – crônicas 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Oficina Literária Afrânio Coutinho/FENAME, 1982.

CURVELLO, Mário. **Raul Pompeia**. São Paulo: Abril Educação, 1981.

DIMAS, Antonio. **Bilac, o jornalista:** Crônicas: volumes 1 e 2. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ EDUSP; Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006.

_____. **Tempos eufóricos:** análise da revista Kosmos. São Paulo: Ática, 1983.

FAUSTO, Boris. (Org.). **História geral da civilização brasileira. Período republicano. Estrutura do poder e economia (1889-1930)**. 6. ed. São Paulo: Bertrand, 2006. v.8.

_____. **História geral da civilização brasileira. Período republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)**. 6.ed. São Paulo: Bertrand, 2006. v.9.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. 6. ed. São Paulo: Global, 2004.

GOULART, Maurício. Júlio Mesquita. In: **Homens de São Paulo**. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1954. p.307-365.

HELENA, Lúcia (Org.). **Literatura, intelectuais e a crise da cultura**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque. (Org.). **História geral da civilização brasileira. Período monárquico. Do Império à República**. 7. ed. São Paulo: Bertrand, 2005. v.7.

_____. **Raízes do Brasil**. 22. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

GOMES, Eugênio. **Visões e revisões**. Rio de Janeiro: INL, 1958.

IVO, Lêdo. **O universo poético de Raul Pompeia**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

LEAL, Cláudio Murilo. **Melhores crônicas Raul Pompeia**. São Paulo: Global, 2011.

LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

LIMA, Luiz Costa. (Org.). **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LYRA, Pedro. De crítica e de jornal. In: **O Real no poético**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1980. p.265

MACHADO NETO, A. L. **Estrutura social da República das Letras. Sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930)**. São Paulo: Grijalbo/ EDUSP, 1973.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista, imprensa e práticas culturais em tempos de república. São Paulo (1890-1922).** São Paulo: EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial, 2001.

MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a crônica. In: **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil.** Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.93

MICELI, Sérgio. Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos). In: **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.14

MIGUEL PEREIRA, Lucia. Raul Pompeia. In: MIGUEL PEREIRA, L. **Prosa de ficção: 1870 a 1920.** 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

MORATO, Miriam Cristina Fernandes Bailo. **O reflexo no cotidiano nas crônicas de Raul Pompeia** - um olhar sobre a crônica jornalístico-literária. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MORSE, Richard McGee. **Formação Histórica de São Paulo:** de comunidade à metrópole. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.

NASCIMENTO, Danilo de Oliveira. Raul Pompeia e o jornalismo político e literário *no* século XIX. Anais do Seta, Campinas IEL/UNICAMP, , n. 3, p.217, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco FERREIRA; Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). **História e imprensa:** representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. **Poder local e palavra impressa:** a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834. 2009. 387 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. (Org.). **O Ateneu: Retórica e Paixão**. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1988.

PIRES, Maria Isabel Edom. A crônica como gênero mediador na formação/atuação do intelectual brasileiro no entresséculo XIX-XX. **Diálogos Latinoamericanos**, Aarhus-Dinamarca, n. 8, p. 40-48, 2003.

POMPEIA, Raul. **O Ateneu**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

PONTES, Eloy. **A vida inquieta de Raul Pompeia**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da república**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REBECHI JUNIOR, Arlindo. **A Caminho dos Sertões**: o processo e a técnica de Euclides da Cunha na composição dos textos publicados em O Estado de S. Paulo durante a guerra de Canudos (1897). 2004. 240 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1946.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão. Tensões culturais e criação cultural na Primeira República**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A abertura para o mundo: 1889-1930**. . Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v.3.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Marciano Lopes e. **O mal de D. Quixote**: romantismo e filosofia da história na obra de Raul Pompeia. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. **Por uma revisão crítica da obra de Raul Pompeia**. Paraná: Acta Scientiarum, Education, Brasil, Maringá, n. 23 p. 109, 2001.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.231.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STRZODA, Michelle. **O Rio de Joaquim Manuel de Macedo**: jornalismo e literatura no século XIX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

TEIXEIRA, Ivan. **Raul Pompeia**: cadeira 33, patrono. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

VELHO DA SILVA, José Maria. **Lições de retórica**. Rio de Janeiro: Typ. da escola de Serafim Alves, 1882.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANNA, Márcia Aparecida Barbosa. **Crônicas de Raul Pompeia**: um olhar sobre o jornalismo literário do século XIX. 2008. 223f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VÍTOR, Nestor. Raul Pompeia. In: **Obra crítica de Nestor Vítor**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. v.1. p.274.

ANTOLOGIA

As crônicas reproduzidas nessa antologia foram retiradas da obra de Afrânio Coutinho e conferidas no original da primeira página do jornal *O Estado de São Paulo*. A primeira crônica aqui reproduzida está vinculada com a imagem do fac-símile, apresentando em seu início o cabeçalho com a data da escrita e a sua publicação se dá alguns dias depois, sendo isso de praxe para as demais. Ao realizar a reprodução delas, foi feita a atualização ortográfica conforme o Novo Acordo Ortográfico de 2012.

Primeira crônica

Rio, 1 de maio de 1891.

Reapareceu com a timidez covarde de uma tentativa criminoso, a ideia da imigração chinesa. A triste lembrança acorreu a alguns proprietários rurais do Estado do Rio de Janeiro, que, invejosos do êxito do trabalho livre em outros estados, não querem ver o mal de sua inferioridade na ausência de iniciativa, característico da famosa região que mandou à Câmara do falecido império vergonhosos protestos parlamentares contra o ato de 13 de Maio; não querem estudar esta e várias outras causas do mal que sofrem, e de que só eles são culpados, e pretendem concorrer com os que vão prosperamente, conseguindo a escandalosa maravilha da organização do regime da escravidão no seu país.

Estão se ninando, como diz o vulgo desabusado.

O que estes negregados conspiradores conseguirão é cobrir de vergonha o seu nome, e, em vez de socorro para as angústias dos seus interesses, o resultado do mais vazio e ridículo fiasco.

Estes candidatos à reorganização da escravocracia, como se vê por uma monumental exposição de motivos que fizeram acompanhar o requerimento ao Ministério da Agricultura, pedindo licença para a introdução dos chins, citam o exemplo de várias nações, a que nada temos que invejar, que fizeram a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, mediante o serviço agrícola dos chins. Não se lembram de que anos e anos são decorridos, e vai longe o tempo em que se podia livre do clamor da humanidade, buscar recurso na mais bárbara exploração da miséria das raças, a título de salvação industrial de um país.

Para lembrar o direito humano a esses semelhantes obcecados de espírito, houve entre nós a comemoração do dia 1º de Maio, o grande dia da solidariedade dos nacionalistas; houve principalmente o gravíssimo 1º de maio europeu do qual como a

repercussão de um eco lúgubre nos vão chegando pouco e pouco as notícias mais trágicas.

Nas festas operárias, que no Rio de Janeiro se realizaram, tudo correu pacificamente, e, se alguma apóstrofe mais viva escapou aos oradores, não passou de palavras. Também as condições mil vezes melhores do operário em nosso país, mil vezes melhores que a do proletário europeu, não podem dar lugar a uma comemoração sombria da data dos socialistas. Na Europa, as apóstrofes dos oradores dos *meeting* se fizeram armas nas mãos dos operários, e, como sucedeu no ano passado, como provavelmente, com maior gravidade há de ser para o ano, a festa dos infelizes, o grande dia simbólico da união em protesto, ficou assinalado por copioso derramamento de sangue e tristíssimas partilhas de luto, entre viúvas e órfãos de muitos desgraçados mártires de um sonho de esperança.

Mártires da esperança! Os tempos variam. Houve antigamente os mártires da fé, os mártires modernos são os da esperança: quando chegar a vez dos mártires da caridade, quando for o dia dos mártires do amor do próximo, então estará fechado o ciclo dos heroísmos cardeais, e, nesse tempo, o mundo há de ser ainda muito infeliz, mas muito menos será do que outrora foi e do que tem sido até a atualidade.

Não parece, entretanto que venha muito próximo a época de um generoso regime de amor social. Se até o amor da pátria que, depois do amor da família, é a transição para o amor dos homens em geral ainda cresce de propaganda para se afirmar...

Dão a este respeito feia amostra de desorganização de sentimentos no Brasil diversos escritores que fazendo coro com estrangeiros sem critério e sem dignidade, têm a ousadia de concorrer para a difamação do seu país. Fora odioso colecionar exemplo; mas raro é o dia em que artigos sem preparo, sem conscienciosa consulta às condições de outros países não venham em nossa imprensa por um capricho de pose proclamando que somos os últimos homens da terra.

Ora senhores. Palavra de honra, e sem entusiasmo de chauvinismo, que é exatamente o contrário que nos parece se pode afirmar a nosso respeito à vista dos fatos. Não vamos até a estatística, cuja ponderação seria a nossa glória. Em rápido exame, mesmo, mas de boa fé, indaguem que povo mais do que o nosso, dispõe de condições para se poder dizer – o primeiro – geograficamente, moralmente, socialmente, politicamente, até economicamente, de todos os povos?

Fala-se do clima do Brasil... Como se o imenso, o generoso, o amplíssimo Brasil tivesse um clima único, a respeito do qual se pudesse formar juízo... Mas, de todos os climas, o clima do Rio de Janeiro, que comprometeu a reputação dos outros, é incomparavelmente superior ao da região romana da *malária*, ao clima de todo o Sul dos Estados Unidos do Norte, donde é originária a febre amarela, que passa por ser um privilégio do Brasil. E das devastações desses climas, para um juízo comparativo, ninguém se lembra. Critica-se a mortalidade da nossa Capital. Porque se não ladeia a crítica com estatística dos falecimentos nas mais salubres capitais do Velho Mundo; onde o frio, o simples frio (que um jornalista entre nós já disse que é melhor do que o frio do Brasil porque... ao menos mata!) estabelecida a proporção numérica da população, faz três vezes mais vítimas do que as nossas febres? A *influenza*, a peste de Paris, que ainda hoje, como desde que apareceu, faz na capital francesa, tantas desgraças como a mais aterradora epidemia de febre que entre nós tenha lavrado, em vez de fazer o descrédito do clima parisiense, foi tratada como uma *blague* na França e os nossos *gommeux* do bom gosto literário fizeram eco ingenuamente, ninguém se lembrando de quantas agonias desrespeitavam as lérias.

A respeito de condições econômicas, só considerando o futuro somos superiores.

Mas a superioridade garantida pelo nosso imediato futuro, é tão grande, tão deslumbrante, que em toda a Europa, da Inglaterra até a Rússia, esquecendo os preceitos da honorabilidade, da lealdade internacional, o que mais é esquecendo regras elementares da honestidade pessoal, agita-se uma monstruosa campanha de falsidades, de mentiras, cujo fim é impedir a imigração para o Brasil, mobilização de braços que deve produzir a rápida organização de nossas riquezas.

A Europa adivinha e tem medo desse progresso, porque, atraídos por ele, emigraram literalmente os povos já muito desfalcados pela imigração no Brasil; e os tiranos europeus ficariam sem gente para tyrannizar.

A respeito das nossas condições morais, sociais e políticas, então, nada mais é preciso do que, da parte do nacional, esquecer o vezo da maledicência contra si mesmo; da parte do estrangeiro aqui residente, reprimir os sentimentos indignos de ingratidão de que alguns são possuídos – e uns e outros abrirem os olhos. A evidência clama por ser reconhecida.

Por supérflua demonstração da superioridade moral do nosso povo, em cujo contato só tem a lucrar todos os outros povos, somente pediríamos aos jornalistas

brasileiros, noticiando falcatruas, roubos, assassinatos cometidos aqui mesmo no Brasil tivessem o escrúpulo patriótico de declarar a nacionalidade do criminoso.

Este cuidado, aplicado aos próprios horrores da escravidão, no Brasil produziria uma interessante revelação para a crítica da índole brasileira.

Em anistia do estado em que se acham dois países com os quais temos íntimas relações, e entre os quais não seria mau estabelecer positivamente a nossa situação, transcrevemos aqui duas notícias que a imprensa publicou em a última semana.

El-Dia de la Plata, República Argentina, pinta assim o estado econômico dessa nação: pretender esconder a gravidade da situação é inútil. O povo argentino sofre: há necessidades e penúria em casa da gente remediada; há fome em casa do pobre. Na Plata, por exemplo, a penúria chegou ao período agudo.

Cento e trinta empregados foram executados judicialmente e têm os míseros ordenados penhorados por aluguéis de casa ou adiantamentos de víveres. A diretoria da águas correntes principia a receber pedidos de suspensão de serviço; isto que dizer que o povo está reduzido ao extremo de beber água declarada má. As ferrarias, as carpintarias, as serrarias, as lojas de pintores, os armazéns de atacado, os cafés fecharam-se quase todos. As fábricas de carros e carroças só trabalham a metade do dia, pagando os oficiais por hora, não querendo responsabilizar-se por falta de trabalho contínuo durante o dia.

Poucos são os que não venderam carros (!) e cavalos (!!), que não despediram criados, ficando com o estritamente necessário para não morrerem de fome.

Agora Portugal.

Um jornal de Lisboa, estudando o assunto, indicou as seguintes causas determinantes da imigração:

“1ª. A décima de juros, que faz encarecer o aluguel dos capitais de que se venha a precisar;

“2ª. A prepotência das autoridades locais, e o favor dado aos chefes eleitorais;

“3^a. As barreiras municipais, as décimas, a multiplicidade dos impostos e a ignorância do tempo em que devem ser lançados;

“4^a. Os excessivos direitos sobre o consumo do vinho, da aguardente, do vinagre, do azeite, da carne fresca ou salgada, e de quase todos os seus produtos;

“5^a. Peias ao trânsito no país, o recrutamento e seus escandalosos abusos;

“6^a. A chicana da justiça e os vexames da fiscalização;

“7^a. As dificuldades opostas à entrada dos cereais estrangeiros;

“8^a. Os tributos diretos lançados sobre as rendas ou capitais inferiores a 20\$000 por ano.

Com a atual carestia do pão e todos os outros víveres, infalivelmente deve padecer horrorosamente toda a indústria, seja ela de que natureza for. Para se desconhecer esse fato incontestável, extraordinário deve ser a obcecação.”

E para frisar bem até onde vai o sofrimento ocasionado por esses males, refere:

“Há poucos anos fora coletada em 62 rs. uma mulher pobríssima, que tinha duas crianças e ganhava a sua vida a fazer carretos em Gaia. Foi de 62 rs. a sua décima suntuária, porque habitava um pequeno *cortelho* de que pagava 400 rs. mensais.

Essa enorme quantia foi relaxada! Com selos e custos elevou a quatro mil e setenta. Para pagar foi-lhe penhorado um porco, que se vendeu por 5\$050 rs. e que ela engordava, para pagar triste aluguel que estava devendo!!!”

O Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 10 maio 1891.

Segunda crônica

Rio, julho de 1891

Uma das coisas mais de estranhar que avultam na atualidade entre as coisas curiosas da nossa República, é a praga dos novos *fidalgos* de Portugal.

Cada dia esta enfermidade social mais alastra, mais ganha terreno, em o nosso originalíssimo estado democrático. Fenômeno surpreendente!

Desde idades imemoriais Portugal mantinha para o Brasil um movimento constante de exportação de honrarias, gênero platônico de riqueza com que a feliz nação do extremo ocidente europeu alcançava permuta conosco de alguma coisa de bem mais sólido e que, ninguém ignora, levava um certo conforto ao coração fraternal do povo irmão em relação a nós.

Mas no tempo da monarquia a permuta podia sem escândalo realizar-se: era natural. Sendo um dos mais sérios elementos do aparato indispensável do régimen monárquico as vaidades decorativas, podia ter seu preço a cotação de vaidade mantida nesta banda pela realeza de além-mar.

Chega a República.

Quando era de esperar que, estabelecido o régimen da igualdade em nosso país, decaindo por absurda a exportação portuguesa de nobiliarquia por atacado, a indústria transmarina de foros de nobreza sustasse o movimento dos seus produtos para o Brasil; eis que a famosa indústria recrudesce; eis que a exportação de comendas e títulos de nobreza aumenta fabulosamente de intensidade.

A opinião séria e ponderada interroga em vão o sentido deste interessante fenômeno. A Constituição da República brasileira extingue de vez todas as regalias correspondentes às condecorações e aos títulos de qualquer espécie; declara mais que perderá os direitos de cidadão o brasileiro que aceitar qualquer dessas ridículas manifestações de lisonja à vaidade, em desobediência a extinção constitucional das hierarquias aristocráticas, máxime pelo processo usado entre nós, que pode levar qualquer sujo à categoria de um cavalheiro. E afronta se a grande lei da nova forma do governo do Brasil, não só criando aqui uma legião de fidalgos portugueses a bom mercado, que em pouco excederá sem comparação às proporções da fidalguia portuguesa no próprio Reino do Sr. D. Carlos; como seduzindo um bom número de brasileiros, sem caráter e sem patriotismo, a preferir aos honrosíssimos, aos

sacratíssimos foros de cidade do seu país natal, a parvíssima ufanía de pendurar à lapela um pedaço de ouro lavrado, ou poder marcar os cartões de visita com um desenho aproximado de forma de empadas!

– Que se pretende com isto? Criar aqui, de acordo com os naturalíssimos desejos da monarquia portuguesa, um partido internacional de colaboração eficaz e decisiva, quando seja trazido a campo, com certa força, o problema da restauração?

– Pretende-se simplesmente com isso, desfeitear a República Brasileira, que aqui se fundou contra a vontade dos portugueses, fazendo isto crer a Aristides Lobo, pelo espetáculo do comércio lusitano das ruas centrais do Rio de Janeiro, que o povo fluminense assistiu bestializado à gloriosa passeata da proclamação?

– Quer talvez o Sr. D. Carlos de Bragança, fazendo roncar por estas plagas o bombo atroador da reclame, e com a aceitação que tenham os seus títulos em nosso mercado de vaidade, elevar diante do povo português o crédito do seu trono, que a recente crise do Porto parece haver estremecido?

Quer demonstrar ruidosamente que amigos não lhe faltam, mesmo na longínqua colônia, mesmo entre os brasileiros republicanos, mesmo entre republicanos portugueses.

Estas interrogações permanecem sem respostas.

Seja, todavia, como for, o fato desta derrama nobilitadora, recrudescendo com escândalo depois que somos República, e insistindo sobre o Brasil com uma impertinência de impressionar o mais calmo, tem todos os aspectos de uma provocação internacional, que, a imprensa desta capital já o disse, reclama uma intervenção diplomática, provocação que, por lealdade, não devia partir de uma nação amiga contra nós, e muito menos, por gratidão, de Portugal.

Outra curiosidade do tempo é a propaganda de impávida insolência, com que duas folhas italianas do Rio de Janeiro concitam os italianos residentes no Brasil, a não aceitar absolutamente a naturalização generosamente facultada pela República.

Só entre nós, diante desta pachorra elefantésca do grande Brasil, se toleraria tão afrontosa propaganda.

Que olhemos sem ódio para o espetáculo das massas de ingratos que afluem aos registros das intendências para afirmar que desdenham as responsabilidades de cidadão do país que habitem e onde enriquecem, como que a dizer indiscretamente que, desta

maravilhosa terra, só querem o dinheiro; o ouro cosmopolita e sedutor; que assistamos impassíveis a esta vasta comédia do egoísmo humano, tão pouco altivo para os seus atores, e tão pouco alegre para nós outros, já é muito.

Mas é demais que, havendo geralmente essa má tendência entre os que afluem para existir em nossa terra, venham ainda audaciosos cortesãos, de popularidade paga, mercadores de papel impresso, estimular ostentadamente essa tendência com a imensa carga da injúria do nosso país que esse estímulo importa.

É assim.

Desta grande nação só querem os recursos de vida.

Para cá não trazem, quando imigram, nem o cérebro nem o coração; trazem apenas o ventre, não trazem o amplexo da generosa fraternidade que nos cinja em franca simpatia; trazem somente a cinta de couro onde metiam as libras... Serviços nacionais existem em todos os países que se clamam da parte de cada habitante uma colaboração de sacrifício, em proveito geral, por exemplo, o doloroso serviço da guerra, exigível de um momento para outro. Não querem saber disso. “Que vão morrer na fronteira os filhos do Brasil! Que arrebentem, pela pátria, ou pelo diabo! Nós aqui viemos para viver: não para morrer. Nós ficamos por aqui a ganhar o cobre; corram os nacionais ao clarim e ao fogo.”

Têm toda a razão os estrangeiros.

Mas, o Brasil tem uma resposta à campanha mesquinha e ingrata que, a favor de tal teoria se ousa fazer, com toda ostentação em nosso país e contra o nosso país, resposta que devia dar-se já porque as circunstâncias o estão pedindo.

É fazer sentir os nossos direitos soberanos de povo diante dos povos; impor a compensação dessa teoria de egoísmo praticada e proclamada com acinte; contradizer o odioso escrúpulo com que se reservem para os hóspedes, a título de hospedagem, todas as vantagens da bela e cômoda residência, deixando apenas para os intitulados donos da casa todos os desgostos e trabalhos de defesa e guarda dessa residência: retificar o inconveniente da implantação na generosa América, da mesquinharia espavorida da triste Europa: – instituindo a nacionalização forçada. Não a querem espontaneamente; pois roam-na... E por um meio muito fácil, por um expediente vulgaríssimo entre as nações mais sensatas e práticas – nacionalizando por lei o exercício de certas profissões, nacionalizando sem exceção o comércio a retalho.

O Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 26 de julho de 1891.

Terceira crônica

Rio, 14 de agosto de 1891.

Depois da última destas correspondências, tivemos a satisfação de receber, endereçado de São Paulo, várias cartas de amigos desconhecidos, declarando acordo com certas ideias nossas e com o desembaraço franco da sua apresentação nos trechos da mesma última correspondência.

Tratamos nesse escrito da questão das relações entre os estrangeiros do Brasil e essa funesta madraçaria patriótica a que, com o gáudio imenso de mil espécies de parasitas que a nós se agarram nos pesam sobre os ombros, nos abandonamos de costume; quando aliás desperdiçamos forças vivas de civismo em questiúnculas políticas.

A adesão que nesses documentos se nos testemunhou, foi como um desabafo ao coração e à sinceridade de alguns que, na Pauliceia, sentem como nós a necessidade da grande emancipação, a urgência da restituição quanto antes, da liberdade de sermos nós mesmos, que, pouco a pouco, por descuido nosso e por insidiosa empreitada de hábeis inimigos, nos foi sendo subtraída. E conhecemos a alma da mocidade, nas palavras entusiásticas e nos protestos ardentes dos nossos desconhecidos comunicantes.

Magnífico sintoma.

A mocidade se manifesta. Pois, é preciso que mais vastamente, que até a unanimidade no espírito dos moços, esse movimento de reação se acentue e se generalize.

E São Paulo, que tem sido tantas vezes a capital do espírito novo, em nossa pátria; que, com a sua brilhante população acadêmica tem tantas vezes assinalado o rebate do futuro, nos domínios do pensamento político, ou do pensamento literário, onde quer que haja a demandar a direção de uma investida, ou de uma descoberta; e que parece destinada a ver sempre primeiro no Brasil, com a força visual, exercitada na amplidão hiante dos seus descampados – deve dar exemplo e tomar dianteira na grande revolução do civismo que é preciso operar-se.

Há um peso enorme sobre a pátria. E isto define-se em duas palavras: chauvinismo, em qualquer outro país é um quase ridículo; entre nós é um heroísmo proibido! E quem o quiser sentir que o ensaie. Sobre a opinião pública nos nossos mais importantes centros, calca-se a vigilância inexorável de uma imensa pressão anônima,

cuja força, alimentando-se exclusivamente do que é nosso, não se exerce entretanto senão contra nós.

E, nesse ambiente de invisível guerra, de subtilíssima traição, acoutada no diminutivo e fortalecida pela infinidade, nessa atmosfera de morte, nessa conspiração de um veneno aéreo, inclemente, que mata sem se deixar perceber, a alma nacional agoniza e reluta em supremas vascas, tanto mais aflitivas, quando se tem de torcer em silêncio: cumpre morrer discretamente, sob pena de morrer mais depressa!

Contra essa miséria vai chegando a hora de nos erguermos todos; chega o momento de afirmar que vive tudo quanto vive com efeito entre nós. O dia carece da alvorada e clama por que o salvem da opressão noturna: vai ser a hora de vibrar no espaço a clarinada da luz.

A São Paulo, a mocidade de São Paulo, caiba a glória de acordar primeiro ao rebate da alvorada.

É começar!

Entretanto, patriotismo não nos falta, na medida do possível. Haja vista o Congresso, que proferiu um voto quase unânime, rejeitando o tratado de Montevideu, assinado *ad referendum*, entre o Brasil e a República Argentina em solução do caso das Missões.

Reprovou-se de pés juntos a hipótese da cessão de território; hipótese que, a se não explicar por detestáveis doutrinas internacionalistas, fora a desonra do nome brasileiro.

Para este resultado não deixou de concorrer caudalosa corrente da opinião pública, que, apesar de mortíça como é entre nós, consegue todavia erguer-se às vezes quando o requer o supremo momento.

Teve-se com isso, que há por aí uma enfiada de semanas, o debate das Missões foi uma preocupação pública, tão completa, tão profunda que bem raro precedente se poderá encontrar, de proporções aproximadas, nas tradições da vontade popular espontaneamente manifestada.

Depois do colossal debate dos nossos direitos na qual é preciso registrar figurou eminentemente a atitude do *Jornal do Comércio*, entrou em discussão, com singularíssimo empenho, o procedimento de Quintino Bocaiuva em toda essa questão.

O ilustre ex-Ministro do Governo Provisório seguiu para o Rio da Prata, comissariado pela Ditadura, e, de acordo com todos os seus colegas, Secretários do

Chefe da Nação, a fim de simplesmente assinar e fazer assinar um tratado conforme se resolvera em uma série de conferências ministeriais.

Apenas assinou-se o tratado, eis que se levanta uma onda de indignação contra o fato da assinatura por parte do Brasil, mas indignação que tinha por alvo pessoalmente a Quintino Bocaiuva, com esquecimento flagrante da responsabilidade comum que tinham nesse passo, Deodoro da Fonseca, e todos os outros seus Secretários. Volta do Sul o ilustre enviado do Brasil, e, com a sua volta, e apesar das declarações do governo, atestando a mais completa solidariedade com o seu representante, o rumor hostil levantado contra Quintino Bocaiuva não faz mais que recrudesce. Quintino Bocaiuva, entretanto, rodeado da mais odiosas murmurações, que chegavam a tomar corpo em letra de forma contra o seu caráter de patriota e contra a sua integridade de homem de bem, não oferecia em resposta a toda a barulhada, senão altivo silêncio. Chega o momento do Congresso brasileiro liquidar a questão, e por entre o fragor da imensa disputa dos direitos do Brasil às terras em litígio, e das pretensões supostas da República vizinha, ainda as alegações hostis, verdadeiramente injuriosas às vezes e repassadas de ódio, tornam-se a ouvir tão expressivas como sempre, permanecendo ainda Quintino Bocaiuva imóvel como um rochedo, na sua reserva e no seu silêncio. *Jesus auteur tacebat.*

A recusa mesmo do negociador do tratado, em dar explicações pessoais e públicas a respeito da sua missão solene e a imensa necessidade demonstrada ante todos os ataques, chegou a produzir a exasperação nos seus adversários.

Mas toda esta campanha de azeda prevenção nada foi comparada com o pelourinho de condenação, com o suplício de declamação recreadora, que se montou de mil maneiras no campo dos comentários contra o signatário do tratado de Montevideu, quando na ocasião de decidir-se da sorte do mesmo tratado constou que Quintino Bocaiuva discursava por horas e horas em defesa do seu ato diplomático; e até, como estranha! Quando se soube que, em atenção a gravíssimas circunstâncias do interesse público, Quintino Bocaiuva concitara o Congresso a votar contra o tratado. Era odioso Bocaiuva porque admitira a cessão possível do território; passou a ser ainda mais odioso por cometer a fraqueza de se contradizer por fim!

Mesmo porque muito nos impressionou que a final atitude de Quintino Bocaiuva, em vez de desarmar completamente os seus adversários, servisse tão somente

para estimulá-los ainda mais no seu ódio, quer nos parecer que toda essa campanha de dúvida sobre a individualidade do grande chefe republicano foi meramente; ou em sua melhor parte, resultado de animosidade pessoal.

Pensando calmamente não nos foi possível achar motivo de ódio contra ninguém em toda esta questão das Missões.

Sempre entendemos que o Governo Provisório assinando *ad referendum* um tratado de limites que tão facilmente era de prever que a nação repeliria, não teve em vista mais do que garantir a imobilidade da República Argentina em relação a nós, enquanto duravam os primeiros dias da fundação da república. A diplomacia tem o direito de jogar dessas cartadas. E não houve falsa fé. Quintino Bocaiuva e qualquer dos seus colegas tinham o direito de achar pessoalmente admissível a partilha do território litigioso. O negociador do tratado podia fazer assim oferta da sua boa fé, em nome de qualquer paternidade, ou coisa que o valha.

Vem, entretanto, o ensejo de se ouvir diretamente a voz da consciência pública. A boa vontade, a boa fé, a lealdade dos arranjadores do tratado já não era coisa de se levar em conta; e estas disposições pessoais e toda eloquência de Quintino Bocaiuva em defesa do tratado tiveram de ceder ante a força maior.

De tudo não fica, assim nos parece, senão o nariz de palmo e meio da República Argentina desapontada.

Também quem lhe mandou crer que seríamos tolos?

O Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 18 de agosto de 1891.

Quarta crônica

Rio, 24 de agosto de 1891.

Escrevemos na data em que os homens, tão raros, dotados de firmes memórias do coração se devem lembrar com mais saudade do nome de Luís Gama.

É na data de hoje que ocorre mais vivamente como vão de um em um se acumulando os anos sobre esse glorioso nome, tal qual a superposição de muitas lápides de esquecimento.

E o tempo o vai fazendo desconhecido cada vez mais dos próprios que o festejaram, como se a deformação cadavérica pudesse, consumando uma obra maldita, desfigurar, depois do semblante, o próprio nome aos que morrem.

Talvez, em São Paulo, já não se preocupe muito a reminiscência do povo com as saudades de quem foi o maior amigo desse mesmo povo e a mais ativa e mais pura individualidade moral que jamais cresceu sobre a terra paulista.

Também, não é mau que repouse no esquecimento essa grande alma ausente, orgulho de São Paulo e glória de todo o Brasil. A importuna evocação, acordando-a do seu remoto descanso, viria talvez trazê-la a contragosto e triste a corações, ocupados em demasia com as ambições ardentes da época, com as quais não pode absolutamente conviver no mesmo peito tão alta e tão serena saudade.

Em todos os seus sonhos da pátria, ele era completo e intransigente... ele era retrógrado, o pobre e grande Luís.

Os paulistas, nestes poucos anos, depois que ele morreu, adiantaram-se muito: são modernos, emancipados; e, junto de sua alma, tão cercada dos ideais novos, não de pode acomodar o espectro reacionário de uma tal evocação.

A hora pertence toda, exclusivamente, à fundação patriótica da... Nova Itália.

Em obras patrióticas, não vamos também por aqui muito empenhados, na grande capital fluminense.

O que se descobre, pelo contrário, é que existem muito bem montados como grandes casas comerciais, empresas magníficas, positivamente funcionando, e até parece que devidamente escrituradas, (um assombro, na época das fraudes e estelionatos que atravessamos) em que poderosos banqueiros do antigo e do novo regime, políticos

vencidos da monarquia, ingleses cínicos e portugueses da mesma força, todos muito garantidos de fortuna e muito seguros de pouca vergonha, se dão, diante do escândalo revoltado do mundo inteiro, ao fabrico em grande escala do descrédito financeiro do Brasil e da República.

Nunca se viu tanta torpeza junta.

A recente fundação democrática no Brasil tem resistido aos mais formidáveis contrachocos. Nada de ataque frente a frente. Chamaram ao advento de 15 de Novembro, resultado de uma conspiração, esquecidos de que a revolução brasileira foi francamente, e com grande antecedência, e com a mais assombrosa lealdade, intimada por Benjamin Constant, na Escola Militar a um dos membros do último gabinete da defunta monarquia. E assim julgaram a revolução republicana, para infamá-la, a título de traição. E, entretanto todas as tentativas da contrarrevolução, que, desde o 18 de dezembro de 1889, se vão acumulando, não se caracterizam, senão como resultados de conspiração, de conspiração incessante, ataques infames pois, nas trevas e das trevas. Mas a República tem sabido sempre valorosamente defender-se.

Como a República vai escapando a esses indignos assaltos, contra a ordem e o progresso da nova divisa nacional, assaltos que têm variado, da tentativa insultuosa de suborno ao soldado, até às mais provocadoras regaças de uma curiosa espécie de jornalismo, hoje medrando em todo o Brasil, o que ninguém pode saber bem se é restauradora ou não; os capoeiras da falsa fé resolveram por último assediar as instituições republicanas, no campo das finanças.

Erros, funestas complacências, imperdoáveis descuidos do primeiro governo da República, certos atos escandalosos do segundo governo, tudo isto, em parte na situação da praça do Rio de Janeiro, que, logo depois da revolução, se foi extenuado em grandes perdas de recursos representados por uma calamitosa emigração de capitais, em parte nas disposições amargas da opinião pública ofendida pelos desvios clamorosos do poder ultimamente, criou uma espécie de meio propício.

Na atualidade assim criada materialmente e moralmente, os conspiradores do obstrucionismo monárquico entenderam adequado e oportuno, entrar em ação.

Aos elementos que já existiam dispersos no ambiente como veículos de conflagração possível, foram somar-se então os mais sombrios, os mais perigosos estímulos, metade feitos de política pela política, metade feitos de política pela ambição simplesmente. E a situação financeira do grande centro de toda a vida comercial, que vem a ser o centro de toda a vida política e social do nosso país, tornou-se um inferno

de paixões baixas e de fenômenos econômicos concomitantes, em que o que há de menos contristador é o delírio ou ganância, e em que o que há de menos contristador é o delírio ou ganância, e em que o que há de menos prejudicial é a espantosa, a miserável exploração do dinheiro do povo pelos mercadores dos gêneros de primeira necessidade, arvorados em agiotas de mangas de camisa e tamancos, a pretexto de mau câmbio.

Emulação entre capitalistas, ódios de banqueiros apeados do favor governamental, a que se tinham habituado, dandismo insolente de argentários estrangeiros, que, depois de se haverem enchido a tempo querem ostentar desdém por pequenos prejuízos, oferecidos e dedicados aos manejos dos amigos, inveja, despeito, venalidade, cobiça, sobranceira de cães acima ou abaixo das conveniências do dever social, niilismo amargo de alguns desesperados de fazer carreira de mistura com tudo a mais inflexível crueldade disposta a assistir a todas as desgraças, se até às desgraças for possível chegar esta população de um país que deverá ser feliz, eis o incrível, o horror de infâmias que entrou em ebulição.

E, de todo esse *sabbath* de mazelas, de toda essa pornografia de S. Martinho, fecundada sob o mesmo em monstruoso conúbio, nasceu a memorável *crise* pela qual passamos. Todos os documentos de informações comerciais, financeira e política pelos quais se pode instruir a verificação das circunstâncias de prosperidade uma nação, dados estatísticos da produção, das rendas de toda a espécie, dos impostos, particularmente os de alfândega, recibos da segura e pronta a satisfação dos compromissos da dívida externa, notícia certa da tranquilidade e paz em toda a extensão do território são unânimes em afirmar altamente e clamorosamente que as condições de nosso país são as melhores possíveis: e o crédito, que a consequência fatal dessa afirmação, falta ao Brasil, falta-nos a nós, que temos tido recursos para alimentar, manter nações inteiras à nossa custa como Portugal e o Uruguai, sem faltar a multiplicidade infinita de parasitas de toda a origem, que do suco, do sangue de nossa vida, acolhidos no seio de nossa vasta hospitalidade, se nutrem e engordam!

O Brasil sem crédito! É esta a grande comédia tristíssima sobre que se concentram todas as atenções, neste momento; sobre a comédia, e sobre os miseráveis sem consciência e sem pudor que, por ódio ao Brasil como nação apenas agora erguendo-se, ou por ódio ao Brasil como República, em nome de um sebastianismo de traições e de vilezas, sobre essa mentira tripudiam.

Não há mais cuidados que nos abalem pelos enorme escândalos menores que, a sombra desse escândalo enormíssimo, se vão consumando.

A famosa *Metropolitana*, por exemplo, anuncia-nos que, no domingo, dará começo as suas obras, quer dizer dará começo à montagem da sua estação suspensa *sobre o chafariz do Largo da Carioca!*

O próximo domingo pode ficar marcado como um dia histórico.

Até a atualidade, tem o Brasil vivido sob a carga de uma formidável opressão, alguns ingênuos supuseram haver desaparecido com o 7 de Setembro. A vitória da *Metropolitana* representa a entrada triunfal de *elementos novos* que vão arribando estas paragens.

O peso que até hoje nos tem esmagado os ombros vai ser, d'ora avante, duplo por nossa desgraça.

Basta só esperar pelo tempo para ver.

E o escândalo desse roubo cometido ao patrimônio popular, e patrocinado pelo governo, que permite a utilização do chafariz e do Aqueduto da Carioca em proveito de uma empresa particular argentina, é o primeiro fato.

A série está inaugurada.

O Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 1 de setembro de 1891.

Quinta crônica

Rio, 5 de Setembro de 1891.

Sílvio Romero, o bravo escritor perpetuamente alerta contra todos os riscos que mais gravemente podem afetar a pátria, acaba de tirar em folheto, extraídas da sua História da Literatura Brasileira, algumas páginas, que tenciona fazer distribuir gratuitamente por todo o Brasil, como um salutar aviso, e um aviso a tempo, de quem amigo é.

Expôs nessas páginas, cujo título é A imigração e o futuro da raça portuguesa, o destino do naufrágio que se reserva para o povo brasileiro, como continuador do povo português, pela descendência e pela língua.

A São Paulo hão de chegar sem dúvida muitos exemplares desse folheto, que a mocidade principalmente devia decorar, como um catecismo de prudência patriótica; vamos entretanto antecipando um transunto das ideias, nele contidas.

O grande perigo que ameaça o povo brasileiro, em sua existência etnográfica, é a incúria e a desordem, o entusiasmo insensato, ou o abandono mais prejudicial ainda, que, segundo as épocas, e segundo as diversas zonas do nosso território, tem sido o critério dos zeladores da causa pública, em matéria de introdução de colonos.

Sílvio Romero define brilhantemente esse perigo em duas soluções que estabelece, soluções contrárias, ambas todavia por igual funestas, que tem tido entre nós o problema gravíssimo da imigração.

Dessas soluções, uma é negativa a outra é positiva e ambas pecam proporcionalmente pelo enorme descuido que as têm ditado.

“A positiva demais, diz o folheto, tem imperado no Sul, e consiste em encher a torto e a direito as províncias meridionais de estrangeiros. No fim de seis ou oito gerações, digo mal, no fim de quatro ou cinco, a serem realizados os sonhos de certos pretendentes vistosos e pedantes, todo o Sul do Brasil, estará, além de outras coisas naturais, com uma enorme população estrangeira, totalmente diversa da do resto do país e a sua separação e a sua independência será inevitável por certo.

A solução negativa em excesso é a levada a efeito para com todo o Norte do país, a contar do Espírito Santo para cima. Espíritos tacanhos e míopes, atufados nos fáceis interesses que os cercam no Sul, espalharam por toda a parte o descrédito do bom clima do Norte e a sua mortalidade para o europeu. O resultado

tem sido o constante depauperamento das populações nortistas durante todo este século e a decadência pasmosa de toda aquela enorme região.

Se estes dois sistemas contraditórios perdurarem e forem levados às suas últimas consequências, o futuro da raça portuguesa será nulo entre nós.”

Dominado, assim o produto etnológico que é o povo brasileiro, por descendência pura e cruzada, do sangue português, ou extinto por depauperamento, perdido estará a nossa fisionomia moral; perdidos estavam os costumes; desaparecerá a língua; nem mesmo restará o território do Brasil geográfico, porque a todos os males acresce ainda o regime das vastas aucleações segundo a nacionalidade dos emigrantes e os núcleos assim constituídos com diferença da raça e de caráter entre os respectivos tenderão fatalmente a isolar-se como pequenas nações independentes.

É essa a perspectiva do nosso futuro tal como o preparam os homens de hoje, empreiteiros da dissolução de uma nacionalidade; que se atiram cegamente à sua obra e que não admitem que contra eles se proteste não se demorando a sair a campo com os seus belos palavrões e a nos lançarem de cima do mais revoltante desdém a pecha de retrógrados e nativistas.

Entretanto ainda há remédio, pensa Sílvio Romero. Em questão de colonização, há três opiniões sobre o assunto: a dos *inimobilistas* que nada querem por esse lado; a dos *interesseiros*, especuladores políticos, que desejam a transformação completa dos estados meridionais de federação; a dos que querem *a colonização integral e progressiva*. Este último sistema pode salvar o futuro da raça portuguesa e da nossa nacionalidade.

De acordo com ele, o que se deve ter em vista o mais possível é a assimilação bem conduzida dos elementos estrangeiros em confusão com elemento nacional; e aproveitamento deste como vantajosíssimo para colonização; acabando-se, de uma vez por todas com a mania de só cuidar do Sul e de apregoar o descrédito do clima do Norte e do Oeste deste país e reconhecendo que em todo o vasto planalto brasileiro, existem zonas perfeitamente apropriadas à colonização europeia.

Este sistema, patrioticamente adotado, não seria de modo algum infenso aos estrangeiros e o risco da dissolução da nacionalidade seria debelado.

São estas as ideias do folheto e prouvera à sorte fossem elas as de todo o brasileiro que por profissão, ou por dedicação ocupa um posto de combate em prol do nosso futuro.

Estamos infelizmente muito longe desse ideal. E mais nos preocupa do que isso, uma trica mínima de política ou a rendosa exploração às cegas de um contrato de introdução de mil famílias, venham elas de onde vierem, vão para onde forem e como forem...

O movimento artístico que já vai mantendo com certa regularidade no Rio de Janeiro, deu-nos a registrar ultimamente as exposições de pintura de Henrique Bernardeli e Pedro Weingartner.

Ambos estes ilustres artistas são professores da Escola Nacional de Belas Artes, e, apesar de tanto se haver regateado a transformação da antiga academia, vão já demonstrando a exuberância, que não somente mais habilitados do que os mestres dessa antiga casa de ensino: são também artistas que produzem. Os mestres da academia cuidavam muito mais de se fazer importantes na galeria dos *medalhões*, do que na das obras de arte. Outras se devam ao inocente capricho de ser modestos, o que redundava no direito pleno de não passar de nulidades superlativas.

Os professores da escola, se os não distinguissem outros méritos, teriam este ao menos: mostram o que é o trabalho, e impõem o seu prestígio aos alunos sem ditaduras pretensiosas de carranca fazendo ver do que são capazes.

Engraçado é que aventou-se a questão dos concursos, a propósito dos professores da Escola de Belas Artes... Eles aí estão, expondo seus trabalhos... Aqueles que concorriam com eles, porque não expõem os seus?

Alegarão os eternos queixosos da impotência que os professores da Escola exibem trabalhos feitos na Europa, onde *existe o meio, onde há mais recursos...*

Pelo que se refere a Henrique Bernardeli, que desta vez não apresentou senão um quadro feito no Brasil pode-se dizer que, em exposições anteriores, já demonstrou que a sua atividade é tão fecunda entre nós, como lá fora, onde *há o meio, onde há mais recursos...* Pelo que respeita a Weingartner... os seus mais importantes trabalhos desta última exposição, ele os pintou um pouco mais fora da Europa do que no Rio de Janeiro na *campanha* do Rio Grande do Sul.

O Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 13 de setembro de 1891.

Sexta crônica

30 de junho de 1892

Estão por aqui a causar náuseas de estranheza as notícias das últimas ruidosas ocorrências de Santos.

Pelo que se vê, tentam ressurgir em São Paulo a extravagante campanha de ódio e intriga entre nacionais e italianos, que aqui foi há tempos iniciada sem o menor resultado.

Aqui, a coisa explicou-se claramente.

Haviam aportado ao Brasil alguns fazedores de jornal, espantados da República Argentina pelo naufrágio econômico e financeiro dessa nação. Esses imigrados, italianos de nascimento, mas nacionalizados argentinos por uma longa residência naquela infeliz terra, aqui chegando, não puderam dominar os impulsos de hostilidade contra nós, adquiridos na escola do ódio, ódio estúpido, feito de inveja falida e de impotência liquidada, que tradicionalmente nos vota o vizinho estado do Prata.

Arvorando jornalismo no Rio de Janeiro, e contando achar apoio em uma parte iludida dos seus compatriotas, tentaram reproduzir ousadamente entre nós, os lucrativos desvarios agressivos do famoso órgão *El Diario*.

A agitação ora levantada em São Paulo, não sabemos como se possa explicar.

A estas horas, entretanto, estamos certos de que tudo estará resolvido do melhor modo.

Não se imagina que possa durar muito tão surpreendente exploração.

Aqui, tem havido, nas condições inconcebíveis de organização da opinião pública do Rio de Janeiro, quem tente *esticar* a coisa com o fim político de produzir perturbação. E não há a justa repressão para semelhante inqualificável manobra, que não se hesita diante da infâmia de apelar para animosidades de estrangeiros contra a sua pátria. Em São Paulo, que não é esta famosa capital, a empreitada de ódio há de já, sem dúvida, ter caído, espezinhada pela reprovação pública.

Em reprovar semelhante agitação será a primeira a antiga colônia italiana desse Estado, constituída de bons amigos do nosso país e, em grande número, de verdadeiros brasileiros de coração, nacionalizados pela gratidão para com a nova pátria, segundo o ideal do vantajoso povoamento do novo mundo.

A que vem, com efeito, transformar-se em grave questão de nacionalidade um simples tumulto, originado de imprudências e brutalidades que podem ocorrer a cada passo e em qualquer país e envolvendo quaisquer indivíduos?

Há queixa de que houve excesso de violência da parte de guardas da Alfândega de Santos. Nada mais lamentável: mas excesso dessa ordem são inconvenientes comuns em qualquer regime policial, em toda a parte e sem ter que ver absolutamente com a consideração de nacionalidade, da parte dos culpados ou das vítimas. Se houve tais excessos, há justiça instituída regularmente em nosso país para castigá-los.

Independente de melindres de nacionalismo, a justiça se há de fazer a propósito do caso de Santos, a favor, ou contra os tripulantes ofendidos dos dois navios italianos, como é costume entre nós fazer justiça, a favor, ou contra cidadãos brasileiros.

Concita-se a colônia italiana a desforços materiais por própria mão, independente das instituições de proteção e garantia individual, existente no país segundo os princípios gerais da civilização.

A que magníficas consequências nos vai conduzir semelhante propaganda?

A propaganda se faz. Vamos que a propaganda é bem aceita. Os italianos armam-se e atacam a polícia. A polícia naturalmente defende-se. Os italianos de São Paulo dão rebate a toda a colônia italiana do Brasil, para ter mais força. A polícia que faz? Pede socorro ao exército. A Itália, então, vendo o negócio feio, manda navios e tropa... É a guerra. Aí está... Percebe-se, no fim de tudo, que isso aí nos estavam impingindo hipocritamente por imigração e colonização, era pura e simplesmente invasão hostil e ocupação!...

A menos que se queira supor que um povo civilizado como é o povo italiano divirta-se sem o mínimo intuito, a fazer retrogradar a civilização de outros povos, ou se dê ao gratuito diletantismo nerônico de espalhar pela terra a anarquia vandálica.

Mas no caso suposto de ocupação, isso seria apenas indiscreto, porque é cedo ainda: as coisas ainda não estão dispostas para o êxito infalível da cartada.

Pela cabeça dos velhos amigos italianos do nosso país, é que estamos convencidos de que não passam tais ideias.

Eles compreendem e aceitam o grande fato generoso da colonização da América como ela deve ser feita. Guarda-se no íntimo d'alma a recordação da pátria e nascimento, como uma querida relíquia; mas, desde que se vem viver de nova pátria, das maiores vantagens que, para a fortuna e para o êxito, oferece a nova pátria, trabalha-

se com dedicação para a felicidade e para a grandeza desta, como se nesta se fosse nascido.

O povoamento da América não se há de fazer pela ocupação. A América do Norte está provando. Não se há de fazer pela instalação de grandes colônias ultramarinas presas a metrópoles europeias, através do Atlântico por uma espécie de cordão umbilical de sargaço. Há de se fazer pelo fortalecimento de nações novas, independentes e autônomas.

Arrogâncias de nacionalismo europeu, entre nós não são tanto ingrata atitude odiosa como constituem despesa inútil de energia. De que vale a fadiga de um assalto carrancudo, por uma conquista que naturalmente se há de fazer pela confraternização?

Quem para aqui vem, não nos vem trazer Europa dentro da mala: vem aceitar América. Quem aqui vem chega para inebriar-se do oxigênio farto dos largos horizontes e alegrar-se com a luz efusiva do nosso céu, benigno para todos como a hospitalidade; não tem propósito, portanto, que nos apareça com as caretas de mau humor nascidas das angústias sociais do Velho Mundo, onde para se regatear o oxigênio e a luz aos que não nasceram ricos, existe o monstruoso imposto por janelas. Para a América viaja-se a ser americano; não para se blasonar de europeu.

Em todo caso, é bom que os altos administradores dos interesses nacionais vão vendo, por fatos como esses ocorridos em Santos, como é que se armam borrascas temerosas, e meditem no que pode vir a ser a coisa, quando for mais considerável a acumulação dos elementos ameaçadores.

Prudência, prudência, brasileiros, em assunto de imigração...

O Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 05 de julho de 1892.

Sétima crônica

Rio, 11 de julho de 1892

Correu aqui o boato de que está resolvido do melhor modo entre o governo do Brasil e da Itália, a recente questão originada dos casos de Santos.

Está resolvido o conflito de colonização que nos ameaçava de avultar até ninguém sabe que proporções.

Certíssimo que seja o boato, a crise de que os últimos incidentes são sintoma, afiançamos que vive ainda.

O incêndio que, com esses últimos fatos, rebentou em chamas indiscretas, lavra suadamente, e há de lavrar.

Se o Brasil, instruindo-se em lições de sábia prudência não souber extingui-lo, lá mesmo na região subterrânea por onde estende os efeitos devastadores de sua traição de fogo, um dia as labaredas rebentarão com intensidade invencível e nesse dia se há de ver... como o elemento destruidor não cedeu jamais.

A conflagração cedeu aparentemente. Irrompendo fora de tempo, pelo esforço estúpido dos que ofenderam o pavilhão de nossa pátria, desafrontado, aliás pelo sangue de um punhado de bravos; ateadas por desgraçados que surgiram um momento para o bestial atentado e sumiram-se logo após, sob a proteção da própria covardia – não rebentava em condições de tomar alento e ir por diante.

Encarada com singular contentamento e aproveitada por uma espécie torpe de exemplares humanos, antropomorfos apenas, mas almas de cão no fundo, cães para a pouca vergonha e cães para a ganância esfaimada da ambição, que se não pejaram por inconcebível baixeza de especulação política, de aproveitar a aversão ingrata do estrangeiro contra a Pátria, como expediente de manejo oposicionista – havia de sofrer depois a repulsa da moralidade e do pundonor patriótico, na proporção da infâmia desse ilusório estimulante.

Originava-se de péssimo começo e havendo ainda adotado a cumplicidade de um indigno reforço, que necessariamente contraproduziria, a impressionante agitação de São Paulo, o expressivo abalo (conquanto circunscrito) de elemento colonizador de nosso país, tinha de ceder e cedeu.

Não se suponha, todavia, que a calma aparente quer dizer que cessou como um estremecimento sem significação e esporádico na seriação natural dos fatos.

Basta ver a proclamação das sociedades italianas dessa capital, que, diante de uma repreensível exacerbação de ânimos entre alguns dos seus compatriotas, não duvidaram em desconsiderar o governo da nação hospitaleira em que como estrangeiros se instituíram, apelando para uma extravagante jurisdição criminal em *nosso país – do seu governo*.

O elemento ameaçador persiste, depois dos últimos lamentáveis sucessos, como antes dos sucessos já existia latente.

Delegado da intriga platina inoportunamente provocaram uma crise precoce, a que alguns desvairados irresponsáveis, concorreram para dar maior vulto.

Mas, a gravidade do negócio não está na explosão que detonou; senão em que, descontados os excessos reprováveis que acentuaram o escândalo, alguma correspondência existe, entre a psicologia do anarquismo que se pronunciou pelas ruas da importante capital paulista e certo estado de espírito (medite-se bem a proclamação dos *clubs* italianos) de hóspedes perfeitamente respeitáveis que entre nós acolhemos.

Hóspedes. É uma palavra antipática às teorias comuns da colonização das terras da América. Mas, é força aceitá-la como o eixo das nossas reflexões.

O motivo por que foram possíveis as tristes ocorrências dessa cidade, e o motivo por que transpira tão adversa desconfiança para conosco, no documento das associações italianas, é exatamente porque a imigração que se apregoa buscar-nos para nos felicitar, não deixa de se sentir *hóspede* entre nós quer dizer, inteiramente estranha a nós, pouco falta para dizer – hostil a nós.

Isto é o fato e a evidência. E os brasileiros devem estar alertas. Filha de uma proveniência mais legítima e mais séria, dispensada de cumplicidades espúrias com o elemento nacional, graças ao desenvolvimento, impossível de domar, dos elementos de reação subversiva, a conflagração pode recomeçar ainda uma vez e pode recomeçar para cometimentos, menos odiosos do que o ultraje a bandeiras indefesas, mas sem dúvida mais prejudicialmente eficazes.

A lição a tirar dos últimos acontecimentos de São Paulo, é que o Brasil está sendo espantosamente ingênuo, em seu proceder a respeito do povoamento do território.

Iludido por palavrões de otimismo lorpa, está se deixando, em deplorável inércia, possuir como *res nullius*, para a sua inevitável desagregação e ruína, em vez de calcular a organização de sua nacionalidade.

Que é que se observa?

Com o estúpido sistema de imigração subvencionada e que além disso, se permite aglomerar sem a mínima ordem, em relação às conveniências de nacionalidade, sucede que estamos a enxertar em nosso país, a tantas libras por cabeça, províncias inteiras de países estrangeiros.

Ora a pátria, disse Danton, não se leva na sola dos sapatos. Quer dizer: patriotismo não é coisa que se desloque assim, como se desloca uma caixa de viagem. O patriotismo surge e se desenvolve, da terra em que se nasce ou em que se está, mas lentamente, pelo apego da gratidão, pelo raciocínio longo do reconhecimento e pelo receio instintivo de que possa pelo desamparo nos vir a faltar a fonte abençoada dos motivos dessa gratidão e desse reconhecimento.

E essas províncias estrangeiras transplantadas em peso, colônias improvisadas de súbito, povoamento de chofre, violento, por bem dizer e artificial, não têm tempo nem têm motivo de conhecer pelo afeto a terra a que abruptamente se incrustam.

São rogados para vir; como se nos fizessem favor em escapar angústias da estreita vida europeia. São pagos para embarcar; como se aqui viessem prestar-nos socorro e não socorrer-se da crise de trabalho a que a Europa sucumbe. Chegam, portanto, naturalmente preocupados apenas com a compensação que lhes devemos oferecer à boca do cofre, pelo insigne sacrifício que nos fizeram arribando para cá.

Depois que se instala, por multidões numerosas de compatriotas, dispensando-se de conhecer a língua do país, de entrar em contato com os nossos costumes, de entrar em assimilação com a nossa sociedade, de perscrutar os interesses desta sociedade e amá-los fraternalmente e pugnar por eles, como se seus próprios fossem – porque a caravana peregrinante em que se congregam mantém-lhes a ilusão perfeita de que estão ainda na terra donde emigraram – podem isolar-se de nós e se isolam, constituindo agremiações exóticas de um exotismo perturbador: nem rigorosamente estrangeiros, porque são consideráveis bastante para influir-nos na economia nacional – nem nacionais, porque não tiveram necessidade nem ocasião de se nacionalizar sinceramente no patriotismo comum.

Daí, a constituição absurda de extravagâncias, como essa, que não passou sem o nosso protesto, de um partido de *eleitores italianos* no Brasil. Como italianos, vão votar na Itália – que é o seu respectivo distrito. No Brasil, as urnas são para *eleitores brasileiros*. Outra extravagância é essa associação *Pró Pátria* de que temos ouvido falar.

Pró Pátria devia ser uma corporação militar em armas ao Norte da Península Itálica, para sair a campo pela pátria – em guerra europeia – ao toque dos clarins da tríplice aliança.

No Brasil, uma associação de imigrados que aqui vêm fraternizar conosco, na comunhão generosamente compreendida do patriotismo americano, para não parecer uma ameaça e uma provocação, devia ter como divisa expressamente – *pro Brasília* – ou mais simples e mais sinceramente – *pro labore*.

O mais é armar devagarinho situações contra as quais os brasileiros devem premunir-se.

Dirão que tais agrupamentos coloniais são de intuitos puramente defensivos. Mas, em primeiro lugar, contra que perigo se arma tal defesa? Pois o Brasil despenderia os seus caríssimos esforços imigrantistas para absurdamente afugentar imigrantes, movendo-lhes guerra? Em segundo lugar, ninguém se pode iludir com esta história de defensiva. Momento chega sempre em que defensiva e ofensiva são atitudes que se confundem: haja vista o manifesto das sociedades italianas... E Deus nos defenda sempre de tais defesas.

Desde que a imigração se faz por grandes massas da mesma nacionalidade, tudo isso é fatal.

Não são turmas de trabalhadores que nos visitam. Por isso que o instinto político e o ardor social em qualquer sentido não se podem abolir com quatro figuras de retórica – essa gente que nos chega a povoar o Brasil, e que não tem ensejo nem interesse em ser brasileira – são verdadeiramente colunas cerradas de soldados, sem armas, mas preparados, talvez sem pensar nisso, para se armar um dia em luta que não há de ser por nós.

Não nos engane a suavidade melíflua que aparentam certos corifeus das hostes que vêm, diplomatas macios da invasão. Na hora oportuna, eles fecharão a cara, como inimigos. De nada servirão havermos-lhes compensado a doçura dos primeiros sorrisos, aceitando-lhes buchas difíceis de aptidão técnica como o monumento do Ipiranga: quando contra nós tiverem de apelar para a *ação enérgica do seu governo* – todos serão unidos e solidários.

O Brasil não precisa de trabalhadores: é uma mentira. Basta que saiba acomodar-se como os seus recursos honesta e cautelosamente para a organização do trabalho. Para o seu engrandecimento, ele precisa, sim, mas de novos concidadãos, de irmãos adotivos, de naturais amigos: são de naturalíssimos inimigos conforme a imigração em massa

sabe produzir. A imigração em massa matou a República Argentina. Todo apologista ardente de um tal sistema de povoamento é um insensato ou um inimigo da pátria.

A imigração é sem dúvida o reconstituente alimentar das nações que se formam. Mas a quantidade simultânea de alimento, sem dar tempo à assimilação, empanturra e mata.

O riquíssimo e infeliz Estado brasileiro de São Paulo acaba de passar pelos efeitos de uma indigestão de gula imigratória.

Previna-se a tempo contra a apoplexia fulminante.

O Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 16 de julho de 1892.

Oitava crônica

Rio, 19 de julho de 1892.

É preciso prosseguir.

Alerta, brasileiros!

A postos o patriotismo, a postos a mocidade, a postos os tribunais do povo.

A vil intriga *gringa* continua a lavrar por esse grande e infeliz Estado de São Paulo. Pelas notícias que temos, tenta já levar a Campinas a indignidade dos seus enredos. Por outro lado, entre a gente séria, erigem-se extravagâncias portentosas, como essa ameaçadora pretensão da sociedade *Pró Pátria* – de se organizar militarmente.

Os sintomas da decomposição nacional vão florescendo em São Paulo com uma impetuosidade que nem podia razoavelmente ser prevista.

Não contra a baixa intriga, que só pode ter como consequência insignificantes conflitos, mas energicamente, contra os sérios indícios da próxima crise social que está para vir é tempo de organizar a defesa.

Levante-se a defesa nacional, que o momento é gravíssimo. Estamos ainda em tempo de nos salvar – mas é chegada a hora da resolução.

Guerra, toda guerra à especulação imigrantista. Os moços de talento e caráter deem o exemplo da propaganda; os velhos beneméritos. Abolicionistas, que tão nobremente representaram a consciência da pátria diante do escravismo, retomem as armas gloriosas da antiga dedicação e congreguem-se de novo contra a nova humilhação perante o mundo, que a estupidez, a inércia, ou a ganância de alguns patrícios nossos, de sociedade com finórios e irônicos empreendedores estrangeiros, ao Brasil está preparando. Concentre-se na meditação desprevenida da verdade a inteligência legislativa da República.

Nada de contratos de introdução de imigrantes em massa. É uma parvoíce, que tem no bojo a calamidade.

Nada de introdução em massa de populações que não sabem bastante a que vêm, que pensam talvez honradamente que chegam a lavrar a terra; mas que a fatalidade natural das coisas vai armar para a política da subversão.

Atentem para a realidade os brasileiros. A forma republicana, que é a nossa legítima constituição de povo autônomo diante dos povos, os mais graves embaraços

que vai encontrando, encontra-os justamente nos centros de aglomeração de estrangeiros. Passe-se em revista a nossa geografia política.

A desordenada condensação de elementos semelhantes vai-nos insurgir por fim a obstrução suprema da morte.

O Brasil carece sem dúvida, absolutamente, da cooperação estrangeira para o seu progresso; precisa necessariamente da recomposição fortificante do sangue do seu povo pela aliança consanguínea com outros povos. Mas não precisa progredir até rebentar, nem recompor-se até ao esfacelamento.

Repilamos corajosamente toda espécie de *Danaos*, *dona ferentes*, arremessemos por cima dos muros da cidade, o cavalo de Troia da panaceia colonizadora, que, como a conduzem, é apenas a negregada importação (à nossa custa!) do suicídio nacional.

A República Argentina esfaima-se por imigrantes. Que os tenha. Sua alma, sua palma. E, depois, a justa verdade é talvez que com a larga distribuição dos seus areais estéreis ou roubados serão os que entrarem na partilha. Mas, o Brasil – tem o que perder.

Reergamos a consciência do que somos. Sem grande pretensão.

– Isto é um país de burros! Disse em solene discurso um famoso imigrado do Rio da Prata. Seja! Mas comecemos a mostrar um pouco a burrice indígena pelo lado brioso dos coices: basta de oferecê-la imbecilmente, como tem sido a regra, pelo lado aviltante do cabresto.

Quando se trata com o Brasil, a cobiça estrangeira chega a ser até ingênua e cândida.

Veja-se como se lembrou Portugal de nos propor adoravelmente um tratado de comércio, pelo qual, *com vantagem igual* para as duas partes contratantes, nos obrigássemos nós a mandar por Lisboa, livre de direitos, todo o café e açúcar que exportamos para a Europa; e *reciprocamente* Portugal se obrigasse a aliviar os direitos de exportação dos vinhos que nos remete e ainda mais de quanto vinho e um sem-número de mercadorias que – pagando a Portugal o razoável direito de entrada – a indústria europeia para aproveitar-se do tratado quisesse pelo velho reino mandar para aqui. Veja-se a inocência com que a estrada inglesa que tão mau serviço presta ao Porto de Santos, requer o *direito* de construir nova linha através da zona de que dispõe: não pretendendo outra compensação (é enorme; compensação de quê?) senão a exploração por mais trinta anos do contrato que frui e o insignificante sacrifício de quantas empresa de viação para servir à grande estação marítima de São Paulo se projetam. Veja-se

finalmente, o angélico supprassumo com que a legendária Companhia *City Improvements* desta capital, a criminosa geradora e mantenedora da febre amarela, acaba de pedir ao governo que, *como a baixa do câmbio tem prejudicado um pouco o banquete dos dividendos dos seus acionistas na Europa*, e prejuízos de câmbio é coisa que só pode fazer mal à gente do país – queira fazer o favorzinho de pagar-lhes as contas ao câmbio de 20.

E a cobiça estrangeira tem toda a razão; porque quem é tolo pede a Deus que o mate e ao diabo que o carregue.

Mas, ser tolo como usamos ser é uma cruel vergonha.

E, a respeito de imigração, esta toleima e esta vergonha de pusilanimidade diante do estrangeiro tocam às raias do crime.

Eles chegam; vão invadindo, vão ocupando, e nós – pagamos tudo ainda em cima.

Subvencionamos a ocupação do território nacional, como supremo socorro, por misericórdia, pagando e agradecendo.

Instauramos a prostituição incestuosa da pátria, como se pagam e se agradecem as carícias másculas de boa vontade aos encantos quinquagenários de uma matrona sem consolo.

Não! É preciso por cobro a esta derrubada indigna, que por inadvertência vamos preparando contra o futuro da nação. Um triste dia, o edifício exterior das nossas ilusões de progresso não poderá mais resistir e tudo isso, consumada a obra de sapa dos nossos traiçoeiros inimigos, graças à cumplicidade da nossa incúria, ruirá em poeira.

Reparem como está sempre à frente de cada grande arranjo imigratório um estrangeiro atilado e iligente. O nacional que se associa é o pamonha do editor responsável, a que uma ou outra vez se recorre, para não dar na vista. Repare-se que os maiores entusiastas teóricos da imigração a rodo são os estrangeiros. Com certeza! Que lhes importa que leve a breca esta organização eventual de sociedade que se chama Brasil?

O planeta em qualquer ponto sob qualquer denominação geográfica, há de ser sempre povoado por alguém...

Mas nós, brasileiros, temos o dever natural, humano, histórico, de acordo com o instinto de conservação das raças e das nações, de lutar e reagir por honra do nosso sangue, aspirando por uma destinação social na face do planeta, que não pode ser a destinação miserável do extermínio.

E é preciso cuidar disso quanto antes. Os nossos adversários naturais acolherão talvez com um sorriso esse grande apelo em nome do instinto de conservação. Não nos preocupe o menosprezo.

A fatalidade tem a sua justiça. Mas a vitória é preciso que todos a disputem.

Desviando-nos desse estúpido empenho com que nos temos comprometido de entregar a pátria manietada à possibilidade de todos os ultrajes, condenando energicamente o sistema da imigração subvencionada e ainda mais em grande escala, conforme a parvoíce dos palavrões tem recomendado, não nos sarreçemos de que a imigração natural, a escolhida, a verdadeira, a espontânea nos venha a faltar.

Não faltará. Espontaneamente que ela nos procure, virá sempre e virá tanta, ainda assim, que essa mesmo será preciso que a aproveitemos com toda a cautela...

A fome, a vasta miséria da vida europeia, representa uma terrível força de impulsão e de expansão.

Eis o que extraímos a respeito da Itália, por exemplo, da última das soberbas revistas de jornais europeus que Jayme de Séguier manda periodicamente de Paris ao *Jornal do Comércio*:

O *ponto negro* da política europeia é, como sabem, a Itália. Para se apreciar como convém a situação interna deste país, não é decerto às folhas francesas que se deve ir buscar informações necessariamente parciais. Quando, porém, uma revista da importância da *Deutsche Rundschau* insere um artigo firmado por um nome respeitado, no qual a situação econômica do referido país é estudada à fria luz do critério científico, não é lícito duvidar da seriedade desse estudo, tendo-se aliás em vista que ele emana de uma origem benevolente e simpática – a de uma nação aliada.

Do ponderoso trabalho do Sr. Fischer conclui-se o seguinte: A Itália é uma decoração de teatro. A natureza e a arte conspiram nesse solo enganador para ocultar sob aparências deslumbrantes uma miséria real e profunda.

Os laranjais verdejantes disfarçam a esterilidade da terra; as estátuas, os quadros, os edifícios monumentais servem de capa à ruína das finanças públicas. Escreve o Sr. Fischer:

“A quinta parte do território da Península não é idônea a nenhuma espécie de cultura e duas outras quintas partes são de qualidade medíocre.”

Os contrafortes abruptos dos Alpes e dos Apeninos recobrem milhões de hectares onde vegetam pobremente florestas pouco densas, ao passo que nas regiões mais baixas outros milhões de hectares se acham ocupados por pântanos ou por terrenos de pasto onde a charrua não pode penetrar.

A imprevidência de cinquenta gerações modificou o clima e comprometeu a salubridade do país. A desarborização das alturas tornou irregular o regime das águas.

Superfícies de uma extensão imensa, outrora cobertas de searas opimas, acham-se agora submetidas a alternativas de inundações de seca e envenenavam a atmosfera com os germens da malária.

Uma defeituosa repartição do solo aumentou ainda o mal; a propriedade concentra-se aqui em pouquíssimas mãos; além divide-se em parcelas minúsculas, de sorte que tantos em um como em outro caso, o capital escasseia a essas explorações demasiado vastas ou exíguas por demais.

Só a Escandinávia oferece exemplo de um país tão pouco favorecido pela natureza.

Juntem-se a isso os rigores de um fisco voraz e intratável os caprichos de uma política arruinadora e absurda, que despense centenas de milhões em armamentos e couraçados monstruosos – e compreender-se-á a miséria que lavra nas populações rurais deste simpático e malfadado país.

As habitações miseráveis, diz M. Fischer, onde vivem amontoadas as famílias dos operários rurais, não correspondem a regra nenhuma de decência ou de salubridade.

A alimentação deixa ainda mais a desejar. Apesar de sua extrema sobriedade, o camponês italiano não consegue eximir-se aos tormentos da fome com a magra ração que o seu trabalho lhe assegura.

Para reconstituírem as forças, exaustas por um labor excessivo, só se lhe oferece a farinha de milho, a *polenta*, a eterna *polenta*. Os documentos oficiais demonstram que em certas províncias os habitantes do campo não usam de outro alimento.

A *polenta*, porém, gera doenças que passam ao sangue da população inteira e que fazem com que se reconheça a região que se percorre.

A mais vulgar dessas doenças é a *pellagra*, espécie de erisipela do que mais de cem mil pessoas estão atacadas.

Para escapar a todas estas calamidades acumuladas, a população foge para o estrangeiro. O número de emigrantes que orçava outrora por 20.000, elevou-se a 85.000 em 1886, a 127.000 em 1887, a 196.000 em 1888.

O pacote *Galileu*, que Edmundo de Amicis nos descreve no seu livro *Sull'Oceano*, pode ser considerado como o resumo vivo de todas a misérias da Itália.

No convés do navio veem-se reunidos: o camponês das cercanias de Mântua, que durante o verão põe a assar a sua provisão de caracóis pretos para não morrer de fome durante o inverno; o Lombardo, devorado pela febre, que para ganhar uma lira por dia trabalha debaixo de um sol ardente nos arrozais empestados de exalações palustres; o Calabrês, habituado a alimentar-se com o pão feito de lentilhas bravas e que durante os anos maus come a erva dos campos e os rebentos das árvores; o boieiro da Basilicata, que para ir para o seu trabalho tem de andar todos os dias cinco ou seis quilômetros e que, quando a noite desce, dorme ao lado dos animais do rebanho, sobre o chão nu, em sua cabana miserável, sem chaminé e sem fogo.

O jornal francês que extrai os trechos precedentes da grande revista alemã observa que se a tríplice aliança ainda não matou ninguém nos campos de batalha, não deixa por isso de matar a fome milhares de pessoas e de constranger muitas outras mil a expatriarem-se para evitar igual sorte.

Brasileiros! Brasileiros! Não tendes jamais conhecido a fome. É isto talvez o segredo de vossa confiança inerte nas coisas.

Mas estai certos de que sob o aguilhão da fome, não somente não faltará nunca quem vos procure a partilhar dos privilegiados tesouros de vossa terra.

– Haverá perpetuamente no mundo a raiva de vo-los arrancarem.

O Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 27 de julho de 1892.

Nona crônica

Rio, 25 de julho de 1892

Ainda com a alma cheia de impressões que nos deixou a cerimônia imponente do enterramento do corpo de Osório, na cripta que lhe servirá de repouso definitivo, sob o pedestal da estátua que ao herói vai consagrar a gratidão nacional, tomamos a pena para ultimar as considerações que nos despertaram as tristíssimas e sugestivas ocorrências de São Paulo.

A legenda nacional do valoroso guerreiro, sua história de sacrifícios supremos deve servir de exemplo a todos os filhos desta terra, grande e generosa, que os homens atraíam; e nos anima como o ato ideal do dever, nesta tarefa ingrata de não agradar... por dizer a verdade ante a nossa consciência.

Carecemos ultimar as observações que nos despertaram as famosas ocorrências, firmando bem um ponto essencial.

O Brasil não precisa de trabalhadores...

Não precisa.

Antes da abolição da escravidão, o trabalho rendia-nos a opulência. Por esse tempo, formaram-se as colossais fortunas dos capitalistas nacionais, que hordas de aventureiros cobiçosos, a *pretexto* de introdução do progresso nesta terra de selvagens, não cessam de corvejar logrando mesmo, de vez em quando, por hábeis assaltos, morder e desfalcas.

Os elementos de energia econômica que contribuíram para a acumulação dessas reservas de riqueza não se podiam ter aniquilado de uma hora para outra. Com a transformação de 13 de Maio, desprezaram-se quando muito, ou relaxaram-se em disciplina de atividade, por efeito de reação naturalíssima, logo após a disciplina ferrenha e tirânica do regime servil.

Admitindo que o movimento de expansão das culturas que bem observado não se reconhece muito grande nem em São Paulo, onde a lavoura, em vez de se dilatar, vive uma espécie de nomadismo, deslocando-se de tempos a tempos, a procura de terras virgens para o café, tenha criado certa necessidade de maior número de braços, sobre o que havia podem-se computar, na proporção dessa necessidade, somando aos elementos de atividade produtora de antiga data, as numerosíssimas entradas havidas de imigrantes, principalmente para esse Estado de São Paulo, onde a imigração, tendo

oferecido primeiro as suas mais brilhantes vantagens, primeiro também se prenuncia para as temerosas crises.

E há ainda, em regiões de menos abundante fertilidade, verdadeiras massas de população nacional em movimento permanente de emigração.

O Ceará, por exemplo, está colonizando as regiões do Amazonas, infelizmente não foi buscar fortuna, mas apenas fadigas, que os desalmados *atravessadores* do comércio da borracha exploram até onde podem.

Para a organização do trabalho nacional, aí estão, pois, três ordens de elementos que é mister considerar, antes do atropelo do sistema imigratório por províncias inteiras, ao qual desvairadamente e tumultuariamente nos atiramos.

Com um pouquinho já não diremos de vivacidade lúcida: simplesmente de pudor instintivo de conservação, de previdência animal em prol dos nossos, em prol da nossa raça, de suscetibilidade reflexa do nosso organismo social, com um pouco de ressentimento rudimentar por solidariedade de tribo, que encarássemos a questão do território e do trabalho em nosso país, agora que a transformação republicana parece ter acordado a consciência nacional – esses três elementos primordiais é que antes de tudo nos devia prender os cuidados.

Disciplinemos primeiro os recursos de que dispomos; verifiquemos depois com ordem quais as necessidades que mais urgem... Não nos vamos atabalhoadamente precipitando pela vertigem da aquisição de novos recursos, que nem saberemos como aplicar.

Precisamos, antes de tudo, volver os olhos para o negro – o negro generoso e forte, que os declamadores da invasão injuriam e desdenham, o negro glorioso da instituição de toda a fortuna em nossa pátria, o negro heroico e invencível que encheu de pânico e assombro os campos da guerra no Paraguai, o negro de cuja raça emergiu essa grande alma – apoteose, que o Brasil conheceu com o nome de Luís Gama.

É preciso que a lavoura recalque energicamente qualquer vestígio de anacrônicas prevenções escravistas e trate nobremente com a poderosa raça de trabalhadores. Andem dispersos? É preciso cuidar dos meios de congregá-los. Os abolicionistas, hoje deploravelmente distraídos em grande número, por questiúnculas de baixa politicagem, deviam compreender que a eles cabe a rigorosa obrigação de salvar dos desastres da liberdade a raça infeliz que eles libertaram. Da parte do agricultor, deve haver empenho em buscar a colaboração desses homens de espáduas fortes e coração benigno.

Deve-se-lhes rigorosamente oferecer – para tudo – igualdade de vantagens e em caso de desigualdade até mesmo preferência decidida entre eles e os brancos em todas as questões de terra a partilhar e trabalho a recompensar. O negro foi: tem o direito de ser ainda o primeiro trabalhador escolhido.

O Brasil, por todos os motivos morais, políticos até, como o tempo já prova e provará ainda mais e de proveito material acima de quanto se deseje – precisa consagrar atenção séria aos trabalhadores negros. Essa raça maternalmente afetuosa, que nos trouxe ao colo a quase todos os brasileiros da sociedade atual, amamentou igualmente todas as grandes esperanças nacionais oriundas do trabalho. Deve ser, pela coerência natural das utilidades, um grave erro – além de ser mais um crime de ingratidão escravocrata o menosprezo pelo operário negro na lavoura do país.

Em seguida, devemos pensar na razoável acomodação dos numerosos imigrados que já contamos. É mister acomodá-los segundo a sua conveniência particular e, sobretudo, segundo a nossa conveniência nacional. A este respeito o menor erro nos pode sair depois caríssimo, a preço de ouro e de sangue. Eles queixam-se do mal que aqui são recebidos (...benditas queixas, se tivessem como consequência retardar-lhes a invasão...). Aprendamos com essas queixas, justificadas ou não, que, antes de bradarmos por mais imigração e imbecilmente subvencionarmo-la, há urgência de aclimar devidamente esses enxertos humanos de vitalidade exótica. Realizemos tranquilamente, gradualmente, a acomodação dos colonos estrangeiros por uma sábia e justa partilha de propriedades entre eles e os colonos nacionais; procuremos fixar a organização do trabalho a salário com clareza retilínea nos contratos e firmeza igual na execução dos mesmos. Em vez de aglomerar destemperadamente elementos de ruína nacional, tratemos de moderar a corrente imigratória, até que lhe tenhamos preparado o leito e a direção. Não há necessidade de se avantajarmos violentamente o desenvolvimento da população antes do conveniente preparo das condições morais e materiais do país. Antes de haver ordem pública perfeitamente firmada, um regime bem encaminhado de ensino público, antes de haver estradas, vias de comunicação que estabeleçam a fácil integridade política e econômica das diversas regiões, não devemos pensar na ocupação do ermo por bandos estrangeiros que se vão preparar, sem a vida fácil, em ressentimentos contra nós pela regra humana de ingratidão que nos torna muito mais sensível ao que nos afeta menos agradavelmente, do que ao que nos favorece como benefício.

Para a aquisição de elementos novos, salvo a opinião dos negreiros modernos, cobiçosos de fazer fortuna com o transporte de carne humana, não temos que recorrer à importação, brutal, tempestuosa, estúpida, de multidões mal escolhidas, que nos vem encher as cidades de operários inúteis de miúda indústria e onerosos especuladores de comércio, quando não de vagabundos e desordeiros. Devemos antes de tudo, por amor da pátria e das nossas próprias conveniências, cautelosamente ponderadas, pensar na mobilização proveitosa e ao mesmo tempo humanitária dos elementos migratórios que entre nós mesmo, de um estado para outro, existem a pedir socorro.

Protestarão por certas dificuldades iniciais deste aproveitamento do trabalhador nacional, tanto o negro ex-escravo das fazendas do Sul, como o nortista que emigra em bandos valorosos e tem vigor para atacar vitoriosamente a rude exploração agrícola ou florestal das terras amazônicas. Mas pensam que não há vantagem, sem o contrapeso de alguma dificuldade condicional. E podem estar certos de que, quando esta contingência de dificuldades não precede a safra dos bons proveitos, vem-lhes depois infalivelmente como as desforras da ordem natural. A sabedoria consiste em pensar com acerto as vantagens descontadas por mal menor.

A introdução em massa de trabalhadores, ou colonos estrangeiros aparenta-se a solução mais lucrativa da questão do trabalho. Representa o berço numeroso, conseguindo logo, e fácil de multiplicar ainda mais. É um engano. As aparências de vantagem guardam dentro um mundo de realidades miseráveis.

Ninguém trabalha espontaneamente para os outros – podem estar certos.

Isto é fato entre os indivíduos, isto é o fato de nação para nação. Ora evidentemente o sistema pernicioso das aglomerações por nacionalidade cria entre nós e os nossos colonos mais do que relações de indivíduo para indivíduo. Há um desdobramento de personalidades com que nós temos de entender; é assim como o trabalho *individual do colono* se faz pagar por bom preço, a colaboração *internacional da colônia* necessariamente se tem de propor a uma recompensa. Eis aí o perigo.

Pouco e pouco, conforme já vamos vendo, e cada vez mais em vertiginosa gradação, veremos os negócios de imigração correrem anarquicamente pela pasta do exterior e diplomacia, escapando à competência, única razoável e normal, do Ministério da Agricultura.

Todo o nosso cuidado, na organização econômica do trabalho tem de ser impedir que essas relações sociais não passem jamais do caráter de individuais.

Desde que, pelas grandes nucleações de indivíduos de uma mesma origem, permitirmos que massas humanas adotadas em nosso organismo nacional não se desagreguem, não se individualizem, segundo as condições gerais do cidadão brasileiro entre os concidadãos, desde que imprevidentemente permitirmos que por legiões consideráveis aqui venham estrangeiros organizar-se colonialmente – como estrangeiros – está claro que, pelo número, a suposta colônia de princípio passa a ser estado em outro estado, nação em outra nação, passará a ser a organização tenebrosa da nossa ruína futura. Ruína sim: porque, se, nas relações de indivíduo para indivíduo, os serviços se remuneram facilmente a dinheiro contado, nas relações de nação para nação os serviços prestados liquidam-se pelo incalculável: obedecem quando muito aos caprichos da bem conhecida tabela móvel da partilha do leão caçador. E ninguém quererá ser o asno companheiro!

Em São Paulo, onde parece que andam admiravelmente em dia os ajustes de paga, de indivíduo para indivíduo, já começou e de uma maneira desgraçada (pelo grande erro do sistema paulista de colonização) a cobrança de nação para nação.

De nação para nação, a não pararmos em tempo, vai ser tristíssimo o final das contas.

Esta é a verdade.

É ouvi-la; antes que seja tarde. O Rio de Janeiro passa atualmente por uma grande crise econômica e indiretamente política que se reflete no país inteiro, em razão do criminoso, do fatal descuido com que o velho regime imperial olvidou o critério instintivo da nacionalidade, na organização permitida das classes comerciais. A tremenda batalha pela vida, que algures internacionalmente os especuladores empenham por cima das fronteiras, entre nós se trava por cima dos balcões. O comércio não esquece jamais diante do freguês, que trata de estrangeiro para estrangeiro. Aí a primeira causa do delírio de carestia que nos acabrunha e tenta desacreditar a República.

A crise de São Paulo, pela organização ineptamente internacional que se está imprimindo ao trabalho dos campos, vai ser mil vezes mais terrível.

Acautelem-se os agricultores!

Não pensem que serão miseráveis revoltas de escravos, como outrora. Vai ser coisa muito séria. Não vale a pena delinear o quadro do futuro. Pelos casos de recente data na vida paulista, ampliados logicamente no espírito de cada um segundo a projeção linear do bom senso, se pode fazer ideia precisa e nítida.

– Alerta! Alerta, brasileiros!

Atentai bem, em nome do vosso instinto de conservação nacional – para o fato da fé profunda com que certa gente adota a crença na desagregação final da nossa grande República.

É o espólio de Alexandre com que contam. *Quot volumus facile credimus.*

E seja o grito unânime – pela Pátria, pela Pátria: guerra à imigração subvencionada, guerra à imigração em massa!

Poupemos os estados a desnacionalização, que começaria pelo trabalho, e será diferente pela deslocação da fortuna particular... E essa transformação, através de que jornada de angústias e transe humilhantes! E essa angustiosa e humilhante transformação, miséria das misérias! Não porque a merecesse o nosso povo, por seu destino irremediável de fraqueza – mas simplesmente, artificialmente pela eventual cegueira ou cobardia, em hora decisiva, de alguns diretores dos nossos destinos sociais!...

Levante-se a mocidade! Levantem-se os brasileiros de coração! Insurjamos, em nome do futuro, a revolta do brio nacional!

Atravessamos uma hora gravíssima. Recolhamo-nos ao templo da honra cívica. E saudemos o Brasil grande e unido.

Tudo pela Pátria tal qual é!

Armemo-nos de valor para luta; instituamos a santa propaganda. E, confirmada a verdade, contra os cobardes, contra os traidores, contra os brasileiros relapsos, contra as indignas tentativas de mercado da Pátria e retalho, pronunciemo-nos resolutamente, como os patriotas paraguaios, a propósito de infames boatos de anexação do seu país a uma nação vizinha... Louvado seja o próprio crime.

O Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 31 de julho de 1892.

Décima crônica

Rio, 26 de abril de 1891.

Os cronistas tiveram um fartão com esta semana.

Política e dramas da vida e agitações no mundo artístico, escândalos, tudo houve acumuladamente, como uma mistura de cores num caleidoscópio, à escolha da preferência de cada um.

Na vida artística, tivemos a liquidação do negócio dos quadros oferecidos à Escola de Belas Artes, liquidação que não nos parece ter liquidado coisa alguma, tendo ficado cada um dos que discutiram o assunto convictamente firmado na sua opinião.

Para o crítico do *Brasil*, os quadros continuam perfeitamente falsos, e para o crítico da *Gazeta de Notícias*, perfeitamente autênticos ou tão bons como se o fossem.

Vê-se que se não adiantou um passo.

O pior é que a questão não promete resolver-se nunca perfeitamente, porque a autenticidade de uma obra de arte, velha de séculos, carece de ser provada por uma investigação quase genealógica e não é muito comum os amadores se darem o trabalho de sistematizar o valor real dos monumentos que possuem; não se podendo afirmar que as obras d'arte da coleção Salvador se façam garantir melhor do que as de outras coleções.

Excelentes são os quadros oferecidos é o que podemos afirmar. Se verdadeiros ou não, ninguém pode precisamente dizer. Mas os próprios que duvidam do que os quadros valem têm cuidadosamente se absterido de ir examiná-los, receosos provavelmente de uma surpresa em contrário de sua opinião apriorística e de simples suspeita.

No grande diário da vida comum, que alimenta as gazetilhas, tivemos tentativas de homicídio e suicídios aos pares, uma vertigem desses horrores, que não se sabe quando cessarão de multiplicar-se no Rio de Janeiro.

Entre esses fatos trágicos que a literatura fácil dos fabricantes de noticiário, já dominou vistosamente *Comédia humana*, por empréstimo de Balzac e com umas

pretensões a efeito macabro, entre esses fatos, um houve sobre o qual se faz ainda mistério; não porque haja alguém empenhado em guardar segredo, mas porque dos dois que podiam informar a respeito, o criminoso e a vítima que figuravam no caso, um já não existe e o outro acha-se em estado de não poder concorrer para o esclarecimento da verdade.

Referimo-nos ao que aconteceu em tranquila vivenda da Rua Larga de São Joaquim, onde um marmanjo, por motivos impenetráveis feriu mortalmente uma pobre menina, e em seguida, com um movimento de bom senso pouco comum nos que acabam de cometer um crime, voltou contra si o revólver com que tentara matar a criança, e estourou a cabeça.

O assaltante da pobre menina indefesa era um sujeito de quase quarenta anos.

A vítima do seu furor era uma criança de pouco mais de 12 anos, que o tal sujeito carregara em pequena, quando ele já era puxado em anos; além disso uma menina de gênio retraído, modesta e tímida, que não podia provocar a cólera de nenhum inimigo. Que diabo de sugestão poderia ter acordado, no espírito do agressor, para fazê-lo realizar tão cobarde agressão?

Alguma espécie patológica de amor, que fizesse esse homem desesperar-se de luxúria por uma criança tão longe ainda de ser uma mulher?

Parece fácil afirmar que não foi outra a origem do crime, cujo autor soube tão de pronto castigar pelo suicídio – atendendo à vida de ociosidade que se diz levava em casa da família da menina, o misterioso suicida, acolhido quase caridosamente sob esse teto; e sendo tão sabido que a ociosidade é a geradora das mais doidas extravagâncias da paixão.

Chegaram os expedicionários da salvação de Silvestre de Lima.

Voltaram como os cavalheiros das baladas, com o coração cheio da alegria que deixam n'alma os atos do amor ao próximo, e com o corpo sovado de mil fadigas de uma horrível viagem.

Pouco importa! Cansaram-se; mas o Silvestre foi absolvido.

Quando aqui se começou a campanha em favor da libertação de Silvestre, que por sinal não gemia em nenhum cárcere como sombriamente se descreveu, embora lhe penalizasse a alma, além da lembrança do tristíssimo fato em que se envolveu, a ameaça

permanente da lei, que podia colher mais dia menos dia, houve em nossa imprensa quem condenasse os esforços dessa campanha.

Tinha-se desde logo sabido, graças à informação das autoridades de Minas, que Silvestre não estivera jamais preso.

Essa campanha, diziam os que lhe eram contrários, não é mais do que uma colaboração com os esbirros da polícia mineira.

Contando com a influência dela, que é como um chamariz para o fugitivo (consta que Silvestre andava por Goiás) Silvestre entrega-se à justiça, certo da absolvição. E nada há mais incerto do que essa absolvição.

Os fatos não deram razão a esses receosos. Silvestre entregou-se aos juízes; os juízes julgaram-no, e, levando-lhe em conta muito favorável a honrosa demonstração do jornalismo do Rio de Janeiro, além das circunstâncias favoráveis do processo, o absolveram.

A sociedade pode-se dar parabéns, por essa terminação da triste aventura em que se comprometeu o estimadíssimo escritor e poeta.

Sobre os seus sentimentos, não se podem fundar receios, venham eles de que desconfiança vierem.

Damos aqui, para que seja ainda mais conhecido, um admirável soneto de Silvestre de Lima que, na sua crônica de hoje, pelo *País*, João Ribeiro ofereceu à publicidade:

Bem anos há que, oh! Alma estremecida,
Morta baixaste às fúnebres moradas,
E ainda julgo ouvir as marteladas
Que te fecharam para sempre a vida.

Santa mãe que tu eras! Mãe querida,
Que amada foste como as mais amadas
Vejo-te ainda, com as mãos cruzadas
Por entre tantos túmulos perdida.

E em ti pensando às vezes me parece
Que os olhos vendo da orfandade à porta
Ias por nós rezando alguma prece;

Enquanto, ao longe, de uma torre esguia
Aquele sino bárbaro mentia
Que estavas morta! Para sempre morta!

Algumas estrofes destas valem bem uma carta de fiança para um coração.

A vida política não foi menos agitada o que todos os meios em que se possa inspirar a pena do historiador a varejo que é o cronista.

Só nos dias próximos da revolução de novembro vimos o Rio de Janeiro tão agitado de notícias, tão cheio de apreensões, tão povoado de alarmantes boatos.

No dizer dos boatos, tivemos durante a semana o Sul e o Norte da União literalmente conflagrados. O Rio Grande do Sul estava em fogo; o Amazonas ardia em pavoroso incêndio político. Povo, autoridades e guarnição preparavam-se na capital desse estado, com energia e estratégia, para fazer frente às imposições do governo central. No Pará fora assassinado o Governador Huet de Bacelar.

Para dar razão a estes boatos havia de fato desusado movimento nos quartéis e na marinha. Afirmava-se que uma esquadilha com forças de desembarque ia partir imediatamente para o Norte.

Esta esquadilha partiu com efeito. De tudo porém quanto disseram os boatos, só se verificou ser exato que os negócios do Estado do Amazonas acham-se complicadíssimos, vendo-se o governo central a respeito da política desse canto da República, no mais difícil embaraço.

Brevemente se há de saber por miúdo o que têm sido esses embaraços. Então saber-se-á também porque foi aparelhada a esquadilha que partiu, e que por ora só se suspeita corre em socorro do prestígio da autoridade central ameaçado gravemente nas margens do rei dos rios.

O Estado de São Paulo. São Paulo, 29 de abril de 1891.

Décima primeira crônica

Rio, 23 de setembro de 1892.

O Rio de Janeiro anda agora às voltas com o Jack estripador, do Largo do Depósito.

Para variar das preocupações em que nos têm trazido os estripadores infatigáveis de situações políticas que há algum tempo fazem entre nós o monopólio da atenção pública, sempre foi de alguma vantagem essa atroz novidade.

O preço, contudo da vantagem é que não deixa motivo de congratulações à triste humanidade.

O espantoso crime que se revelou com o achado do corpo sem cabeça, nem braços, nem pernas, de uma mulher, no tanque do chafariz do já referido Largo vem-nos dizer que aí andam a passar pela gente, a ombrear com a nossa temerária ingenuidade confiante, as mesmas feras humanas que, em períodos convencionalmente e injustamente chamados bárbaros, em comparação com aquele em que vivemos – fizeram o assombro da sociedade pela horrenda sanha.

Pensa-se que vamos progredindo muito em matéria de adiantamento moral. Uma incrível malta de sicários arroja-se de repente, a nos demonstrar que o que tem crescido é apenas o medo, ou a hipocrisia, a simples reserva de enganadora em se mostrar francamente infame e feroz. Mas, a infame ferocidade está à espreita da horazinha de impunidade mais provável para se demonstrar a mesma em ímpeto de energia, a mesma em implacável inconsciência qual sempre existiu e entrou em cena.

Pelas indagações verificou-se que uma pobre mulher de cor parda e condição mais que humilde, que não podia ser tão odiosa por motivo algum, que provocasse tão terrível castigo, foi imobilizada e amordaçada por vários sujeitos e em sítio ignorado (talvez nos fundos da própria venda a que se diz fingidamente foram oferecer o corpo degolado, num cesto, como carne de porco), mas ao que parece bem guardado contra a intervenção de qualquer possível socorro – sofreu lenta e infernal tortura, de incisões profundas nos dedos da mão e arranchamento brutal de punhados de cabelo e injeções dolorosíssimas de líquidos e cáusticos e corrosivos, onde quer que indicou a nefanda inspiração de um sadismo negro.

Às torturas seguiu-se a morte pela degolação; não se acreditando que as amputações caprichosas dos braços e pernas da desgraçada lhe fossem feitas em vida.

E, depois da morte, crê-se que, para facilitar o desaparecimento do cadáver que se devia lançar ao mar na Praia da Saúde, cabeça e membros superiores e inferiores foram decepados à machadinha e navalha, de modo a se poder transferir tudo em dois carretos não muito volumosos e mais seguramente entregar a carga à discrição cúmplice das ondas.

Eis-nos, portanto, diante de um atentado incomparável, que nos desequilibra inteiramente pela indignação e pela revolta; que nos convida ardentemente para as desforras da justiça de Jalião, que pelo menos nos força a capitular de inépcia legislativa a supressão da pena de morte dos códigos da defesa social.

Para tais crimes, que nos produzem como que uma miragem de horror em que se reflete cruamente a brutal fereza de tempos remotos da história dos costumes, parece que a justiça humana não se devia servir dos códigos comuns de repressão de culpa. Delitos obsoletos deviam proporcionalmente ser perseguidos por uma penalidade, da mesma forma antiquada. Os códigos deviam possuir aberturas excepcionais, fundos falsos como existem surpresas monstruosas para baixo, na escala do crime. E, cada vez que a casuística infernal dos atentados escapasse além da previsão normal da legalidade, da mesma forma o julgamento da culpa, devia passar além, fora da lei, abaixo da lei, acima da lei, como queiram, campo livre o terrível arbítrio vingador, segundo o conselho apenas do instinto providencial de defesa da espécie humana. Era retrogradar por um momento, mas era a estrita justiça. A barbaria devia constituir o júri contra a barbaria. Os réus seriam assim legitimamente julgados por seus pares. O demônio corrigiria o demônio.

Diga-se de passagem que imploraríamos em tais casos que nos dispensassem do serviço de jurados.

Nos casos de energia de sentenças, como temos concebido, a grande necessidade seria a reconhecimento exato dos culpados.

As penas de rigor, com efeito, não podem ser fulminadas quando a mínima dúvida impede a evidência absoluta da responsabilidade no delito.

No fato do Largo do Depósito, por exemplo, contra os até agora indiciados, conquanto o crime de que se acham em suspeição tais indivíduos, seja um modelo de horror e crueldade, à ação formidável da justiça fora da lei não seria devidamente aplicável.

Têm sido detidos uns sujeitos de má nota e péssima catadura, que incontestavelmente tiveram parte na monstruosa façanha. Mas, para que sofressem o peso extraordinário da sanção da justiça não nos parece que já estejam empolgados os mais criminosos.

Noutros termos, e tendo em vista apenas o código vigente até agora, é nossa opinião, que a polícia tem apenas filado cúmplices mais ou menos diretos, ou córreus secundários de espantoso crime.

Pela consideração do atentado, afigura-se-nos até que ainda quando esteja em solitária aquele que rasgou o pescoço à infeliz mulher e mais o perito magarefe que lhe desarticulou os membros de um em um, e se os reconheça perfeitamente, confessadamente como os próprios, ainda assim não se teria em mão o maior culpado, o maior responsável para a desafronta social.

Este crime não se nos representa como uma dessas tragédias infelizmente frequentes da vida das últimas camadas. Entre o baixo povo, seus dramas de amor, suas represálias de ciúme feroz, suas *diferenças* de intriga sanguinária, desmancham-se, desenlaçam-se sem aparato.

É geralmente um tiro expedito e rápido, ou meia dúzia de facadas, quando a cólera é mais violenta, a maneira sumária de se resolverem suas desavenças de qualquer espécie. Quando, em consequência, se *forma* um cadáver, o cadáver fica para aí ao chão, diante de todos.

O criminoso, ou foge às tontas, na embriaguez do cometimento não custando muito a ser apanhado, ou vai propositalmente entregar-se à justiça, como o Raskolnikoff de Dostoievski, por sossego de consciência. Mas a cousa fica nisso. O crime é franco. Não surgem os disfarces monstruosos para extraviar a vindita legal.

Os crimes arrebicados de circunstâncias, os crimes que se arredondam de incidências e circunstâncias, os crimes em que parece que mais preocupou ao culpado iludir a justiça, depois do fato, do que a própria realização do atentado, os homicídios em que a necessidade de eliminar o cadáver incômodo e indiscreto parece ter se atribulado muito mais ao criminoso do que a própria fúria de matar, esses graves horrores que monstruosamente se multiplicam pela intenção de salvar as aparências e por novos atentados cada vez mais horríveis, tendendo apenas a encapar de hipocrisia a enorme afronta social de um primeiro golpe – não são crimes do povo, não são os homicídios dos seus punhais e *revolveres*, não são os horrores de suas tragédias nem o desenlace de suas intrigas. Isso, são as orgias de sangue da burguesia. É a burguesia,

quando acaso lhe rebenta como um velho tumor de cancro alguma bossa atávica de instintos ferozes, é a burguesia habituada a pensar nas coisas, nas consequências de tudo, nas cautelas a tomar, na maneira de realizar tudo com assento, é a burguesia que promove os grandes crimes em que se percebem monstruosamente aproveitados os predicados burgueses de coisa bem pensada, de ponderação bem medida, de plano assentado e cauteloso, e, sobretudo, a hipocrisia fervorosa, o escrúpulo extremado até ao horror, a furiosa ansiedade de salvar as aparências, segundo o eterno cuidado do povo médio – em tudo quanto faz.

O crime do Largo do Depósito, para que se nos afigure um drama do povo miúdo, achamo-lo demasiadamente complicado. Aquele capricho de pintar cadáver para escondê-lo bem, como fez o legendário Pontes Visgueiro, do Maranhão, aquele luxo de cumplicidade que já se nos afigura numeroso como a comparsaria das peças de grande arranjo no teatro, tudo leva à razoável suspeita de que há um criminoso mandante além dos atuais indiciados, mais com jeito de mandatários, quase de cúmplices, do que de outra coisa, e de que o personagem central do horrível drama, de alma tão vil como a daqueles que o cercam, tem certa importância para não haver querido aparecer pessoalmente no atentado, para se fazer apenas representar idoneamente por assassinos de ínfima espécie; principalmente para não se deixar comprometer *em sua posição social* pelo escândalo de um cadáver.

Em suma, aquele horrível saco de Rigoletto canalha, em que se achou o cadáver de Maria de Macedo, parece que não tem desembuchado ainda, nem nos há de dar facilmente a decifração do seu mistério.

E a polícia não se iluda, contentando-se com os culpados até agora descobertos. Não são sujeitos de matar e suprimir engenhosamente o corpo da vítima. Em atentados como o do Largo do Depósito, o cuidado policial tem de parodiar a célebre máxima dos inquéritos: – Cherchez le bourgeois!

O Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 28 de setembro de 1892.

Décima segunda crônica

Rio, 20 de outubro de 1892

Ontem, à noite, quem entrasse na triste Estação da Morte da Praia de D. Manoel, ver-se-ia diante de um quadro surpreendentemente horrível, mesmo para aquele lugar, onde a exibição de espetáculos horríveis é tão comum.

Duas das quatro mesas de mármore, uma de cada lado, ao entrar, estavam ocupadas.

Na da direita, à luz abundante dos bicos de gás do recinto, via-se um grande cadáver, de pés enormes em calçado de bezerro, ampla sobrecasaca suja de poeira, mãos naturalmente pousadas ao longo do corpo, queixo para cima, espontando a barba grisalha. Perto da cabeça, num retalho de jornal, havia alguns objetos pertencentes ao morto, óculos de ouro, com a caixa, dinheiro, cartas, o cartão da casa de um comissário. O rosto deste cadáver estava coberto de sangue, que fazia coágulos cor de lacre nos olhos por entre as pestanas.

Ainda não se tinha banhado com a ducha de lavagem, que ali estava perto, com o tubo da borracha enrolado na pia de louça.

Mas o grande horror não era desse lado.

Na mesa esquerda é que se oferecia o que de mais atroz pode apresentar um mármore de necrotério.

Via-se ali uma coisa que devia ter sido um corpo humano, um corpo de mulher, reconhecível apenas por dois pequenos pés femininos, em botinas de pano, atirados ao acaso, como sem nenhum contato com o resto, e por umas roupas em trouxa, amassadas com sangue e lama, parecendo roupas de senhora. Tudo mais que havia, caracterizando de alguma forma semelhante lixo sangrento, só dava para o espanto. Eram talhadas de carne branca por entre rasgões de panos, lascas avermelhadas de ossos esmagados, duas mãos que saíam para os lados sem que se lhes encontrasse os braços, alguns pedaços circulares de meias, envolvendo banhas, como os destroços de uma perna, um punhado revoltado de cabelos que pareciam a nuca voltada para cima e duas orelhas roxas ladeando o rosto: um grande buraco de chaga, donde caíam dentes soltos como as sementes de um fruto aberto... o que de mais atroz se poderia compreender como esmagamento, a dilaceração, o aniquilamento da forma humana, mil vezes mais feio, com aspectos flagrantes de uma incomparável violência, do que o desmancho gradual da putrefação.

Esses destroços humanos eram os corpos das vítimas do falado desastre do bonde elétrico na Rua do Passeio.

Quando forem lidas estas linhas, já se conhecerá em toda parte aonde chegam os ecos da vida fluminense, como uma malfadada senhora de sessenta anos e seu esposo, fazendeiro septuagenário, de visita ao Rio de Janeiro, foram desgraçadamente colhidos sob o peso de um dos novos veículos da Companhia do Jardim Botânico.

Pelo horror que descrevemos, do estado a que o carro causador do desastre reduziu o corpo de uma das vítimas, pela circunstância de que o número destas foi extraordinário, não sendo somente indicadas, mas ainda uma interessante menina que teve a perna fraturada, pode-se avaliar qual devia ter sido a impressão do ânimo público nos primeiros momentos depois do incidente.

Já um dia vimos o povo indignado tentar levantar os trilhos numa das ruas da cidade, por ocasião da morte de uma criança alcançada por um bonde. Desta vez, quiseram destruir os bondes elétricos, confundindo-se a legítima revolta diante de mais um horrível efeito da imprudência dos nossos condutores de veículos e da desídia da polícia em matéria de trânsito – com uma certa prevenção de estupidez que aqui nasceu contra a inovação da traição mecânica.

Não fosse o movimento de revolta especializado contra os carros elétricos, e o aprovaríamos sem restrição.

Houvesse a indignação pública considerado em geral o serviço da companhia e levasse mesmo avante a resolução de acentuar pelo prejuízo material, com o direito de um natural desforço, um solene protesto contra os que permitem a continuação da série de homicídios por imperícia ou brutalidade dos guias de veículos; contra as companhias que não têm regulamento de repressão suficiente para os abusos dos seus empregados, contra a indiferença criminosa dos mantenedores da segurança pública, ao que diz respeito à circulação dos carros, e estaríamos prontos a afirmar a inteira correção da atitude severa da multidão.

Se um exemplo de certa ordem de prejuízos ficasse estrondosamente, como consequência e reação, depois de um desses desastres que quase cotidianamente nos vêm horrorizar, produzidos por veículos em disparada e muito especialmente pelos

sanguinários bondes, temos certeza de que os que enriquecem com o rendoso serviço de transportes urbanos haviam de pensar um pouco que alguma coisa existe mais respeitável que a pontualidade vertiginosa dos horários, e vem a ser – a vida do nosso semelhante.

Ainda que houvesse indenização da parte da polícia a coisa não seria sem proveito.

Se as companhias indenizadas não se movessem espontaneamente, sem dúvida nenhuma acordaria polícia, convidada pelo escândalo do dinheiro a gastar mais digno de consideração frequentemente do que o escândalo do sangue. E assim obteríamos da autoridade competente algumas medidas, indiretas, visando as companhias inertes, ou imediatamente visando os abusos dos cocheiros, sem tanto escárnio da paciência pública como tem sido até agora o que se fez e sem menosprezo dos princípios de seriedade e zelo, a que menos que ninguém podem faltar os guardas dos interesses mais imediatos da comunidade social.

Em todas as cidades civilizadas a questão de trânsito público, sob as rigorosas vistas da polícia, está regularizada em disciplina perfeita, a bem da comodidade e da segurança do transeunte. No que respeita ao movimento de carros de toda espécie, está estabelecido que a atenção para com a segurança do trânsito de pessoas a pé, prevalece acima de quaisquer motivos que possam servir de disfarce ao que bem se poderia chamar o crime dos cocheiros.

Por estimular as nossas autoridades no sentido de semelhantes cuidados, legitimaríamos perfeitamente não só uma tentativa, como mesmo a realização de um enérgico ensino da parte do povo.

Particularizada como foi a revolta dos ânimos contra a tração elétrica, esquecemos tudo, para lamentar a soma de parvoíce dessa ameaça de movimento popular. Que tinha que ver a eletricidade, especialmente, com um desastre que foi apenas reprodução um pouco mais grave do que inúmeras vezes sucede com os bondes comuns?

Computado todo o horror do recente desastre e tudo quanto pudesse ter havido de generoso na agitação que se lhe seguiu, foi uma ofensa aos nossos créditos de civilização que o sentimento geral se traduzisse por uma celeuma reacionária contra um sistema de serviço urbano, que representa para o Rio de Janeiro inapreciável novidade de progresso.

São conduzidos os carros elétricos com rapidez excessiva? Reclame-se contra a precipitação do tráfego. Há riscos de fulminação pelo contato eventual com os fios condutores? Exijam-se cautelas que previnam tais eventualidades funestas. Peça-se a reforma até do sistema de transmissão da força motora, se do atual sistema, como é possível fazer-se, só se verificar que resulta iminência de perigos inerentes. Mas não se insurjam prevenções selvagens, boçais contra uma reforma que faz honra à civilização das primeiras capitais.

Todas as caretas que algumas centenas de pessoas indignadas faziam aos carros elétricos, na hora e nas imediações do lugar, do desastre de ontem, injuriando-os de assassinos e carros do diabo tal qual se estivéssemos na idade média – não valem a verdade de que o engenheiro Cintra, que, por um *bandão* de perturbações introduzidas na Companhia do Jardim Botânico; que, inventando as campainhas de um lado e os faróis ao centro, escondidos detrás da cabeça dos cocheiros; inovando o sistema das cortinas duplas, na frente dos carros, com o fim exclusivo, ao que parece, de inundá-los em dias de temporal; sonhando os mais absurdos desvios de linha, para a combinação do tráfego; concebendo o traçado da Praia do Flamengo, que só visto se pode avaliar; furando o túnel torto do Copacabana, alcançara merecidamente a reputação de último dos gerentes possíveis de uma companhia de bondes – conseguiu absolutamente, valentemente, resgatar tudo isso, com a ousadia de inovar e a perseverança de montar nesta capital a tração elétrica.

Arrastava-se ante o conceito público, como um chefe de tráfego impossível, embrulhado, irritante. Remontou-se por essa audaciosa inovação à categoria dos grandes impulsionadores do progresso no Brasil, conquistou de direito pleno um lugar entre os nossos maiores engenheiros; cobriu-se incontestavelmente com os louros de um revolucionário vencedor, e se nos impôs à consideração, como quem pode, dominado sobretudo as resistências excepcionais de inércia do nosso meio, filiar-se à família gloriosa dos Franklin e Edison, conquistadores do raio do céu.

O Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 26 de outubro de 1892.